



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 639 - DE 13 A 27 DE JUNHO DE 2021 - R\$ 4,00

19 DE JUNHO

Contra a miséria e a fome Ganhar as ruas do país

**Erguer as reivindicações de empregos, salários,
direitos trabalhistas e vacinação universal**

**Que os sindicatos convoquem
as assembleias. Que organizem os comitês
de empregados e desempregados.**

**QUE A MOBILIZAÇÃO DE 19 DE JUNHO DÊ MAIS UM
PASSO EM DIREÇÃO A UM DIA NACIONAL DE LUTA,
COM PARALISAÇÕES E BLOQUEIOS**



**Viva os 86 anos
do Partido Operário Revolucionário
da Bolívia (junho 1935- junho 2021)**

É preciso romper a passividade dos sindicatos O peso dos fardos arqueia a espinha dorsal dos explorados!

A manifestação massiva de 29 de maio ergueu um marco de ruptura no longo período de inércia sob a vergasta da Pandemia. As direções sindicais e políticas, responsáveis pelo desmonte do movimento de massa, desde a suspensão do Dia Nacional de Luta, que se realizaria em 18 de março de 2020, foram obrigadas a dar vazão ao enorme descontentamento acumulado no seio da maioria oprimida. Surpreendidas pela afluência de milhares de manifestantes, se viram na contingência de relevar as divergências internas, e convocaram mais um dia de mobilização para 19 de junho. Por baixo do pano, no entanto, as direções mais importantes, tendo à frente a CUT, resistem em ampliar as ocupações das ruas, e potencializar os protestos contra a situação caótica, marcada pela persistência da Pandemia.

Os explorados se encontram arqueados, de tanto carregar o peso da contaminação, dos hospitais abarrotados, das filas à espera de tratamento, da lenta vacinação, das mortes diariamente elevadas, do miserável auxílio emergencial, do desemprego, subemprego, miséria e fome. Não bastando esses fardos, a alta do custo de vida dificulta ainda mais a compra dos alimentos, do gás e o pagamento das contas de luz, água e aluguel. Também, não poderiam faltar as violentas incursões policiais nos bairros empobrecidos e favelas miseráveis, resultando em aumento das mortes.

A combinação desses fatores sanitários, econômicos e sociais deriva de uma situação pregressa, de acentuado empobrecimento da família trabalhadora, principalmente com a recessão de 2015-16, e com baixíssimo crescimento econômico do país nos anos seguintes. No abreviado segundo governo de Dilma Rousseff, as tendências desintegradoras da economia se ergueram poderosamente. Retrocederam o pouco de realizações assistenciais dos três mandatos anteriores do PT. Sob o governo golpista de Temer, se impulsionaram as contrarreformas antipopulares, começando pela trabalhista. O governo de Bolsonaro – cuja eleição foi amparada pela desagregação do governo petista, pelo movimento do impeachment, e pela retomada do controle direto da presidência República pelas oligarquias – deu sequência aos ataques da burguesia à maioria oprimida, impondo a reforma da Previdência.

O período de reação política e de agravamento das condições de existência das massas trabalhadoras se prolongou, sem que a classe operária pudesse contar com os seus sindicatos. Em vez de as direções firmarem as reivindicações dos assalariados, cederam à flexibilização capitalista do trabalho. Engavetaram a defesa dos salários e dos empregos, adotando os acordos de demissão (PDVs), de congelamento ou redução salarial (PLR, lay-off, banco de horas, férias coletivas), e colaboraram para a implantação da terceirização. Na Pandemia, aceitaram a redução salarial e a suspensão do contrato de trabalho. Colocaram-se sob o teto do miserável auxílio emergencial de R\$ 600,00, e nada fizeram quando Bolsonaro e o Congresso Nacional reduziram-no à metade, e depois a pó de traque. Diante do fechamento de fábricas e demissões em

massa, as direções sindicais e políticas se limitaram a negociar indenizações.

Durante um ano e três meses, as direções contribuíram decisivamente para manter o proletariado e demais explorados na passividade. O governo Bolsonaro pôde tranquilamente se orientar pelo “negacionismo”, sabotar as limitadas medidas de isolamento social, travar a aquisição das vacinas, reduzir o auxílio emergencial, e promover as privatizações.

Não seria a política dos governadores a arrancar as pedras bolsonaristas, colocadas no caminho do enfrentamento à Pandemia. Os opositores aos desmandos de Bolsonaro não poderiam ir além do que o poder econômico permitia, e o Congresso Nacional bolsonarizado admitia. Neutralizada a força social da classe operária, os governantes podiam se bater entre si, sem que resultasse na contenção da Pandemia e na proteção dos pobres e miseráveis. O Brasil aproxima-se dos 500 mil mortos. O desemprego atingiu uma marca histórica. Milhões subiram na escala da força trabalho subutilizada. A miséria e fome deram um salto à frente. E os sindicatos ainda continuam travados.

A manifestação que quebrou a passividade se limitou às camadas da classe média e da juventude oprimida. Não teve a classe operária como alavanca. Essa ausência indica que a política da passividade ainda impera nos sindicatos operários. As direções sindicais e políticas se viram obrigadas a se deslocar da cômoda posição de apoio à política dos governadores e adaptação ao Congresso Nacional, sem, contudo, mudar a orientação geral, voltada à colaboração de classes.

O problema dos explorados é como se defender, depois de tanto tempo suportando o peso da crise. O problema das direções sindicais burocratizadas é como abrir válvulas de escape que evitem explosões sociais. Os cálculos das direções políticas estão sendo feitos em meio a esses dois problemas interligados. O melhor para elas é abrir válvulas para as camadas da classe média descontente, e manter as do proletariado fechadas.

O governo Bolsonaro está acuado pelo quadro catastrófico. As eleições presidenciais ainda estão distantes; e o impeachment aparece no horizonte como última cartada da burguesia. Prevalece a tese do “desgaste” do governo Bolsonaro; do fortalecimento da candidatura de Lula, e constituição de uma frente ampla antibolsonarista. Quanto mais as direções conseguirem adiar a intervenção da classe operária, e disciplinar a mobilização da pequena-burguesia, melhor para esse cálculo estratégico.

Tudo indica que a manifestação de 19 de junho seguirá a tese do desgaste. O que implica evitar a todo o custo que as massas se levantem por suas reivindicações próprias de emprego, salários e direitos, que devem constar apenas verbalmente nas convocatórias e nos discursos inflamados contra Bolsonaro. As bandeiras de romper a passividade dos sindicatos e lutar por um programa próprio de emergência dos explorados devem ser concentradas e amplamente defendidas pela vanguarda com consciência de classe.

Quarta Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida**Dia 29 de maio****Um primeiro passo para superar a passividade***É preciso pôr em pé um movimento nacional pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal*

31 de maio de 2021

O Dia de Mobilização Nacional pôs nas ruas do país milhares de manifestantes. Estima-se que 80 mil pessoas ocuparam a Av. Paulista, realizando uma marcha massiva até o centro da cidade. Em Recife, a polícia desfechou uma brutal repressão, sob as vistas do governador e do prefeito, ambos do PSB. As concentrações e marchas em várias capitais assinalaram a disposição de luta, que tende a crescer, depois dessa demonstração, e diante da continuidade do flagelo capitalista, que recai sobre a maioria oprimida. É obrigatório indicar, no entanto, que, durante um ano e três meses, as centrais, sindicatos, movimentos e partidos reformistas bloquearam a ação coletiva dos explorados.

O abandono da posição de que a ação coletiva contrariava a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), aplicada pela maioria dos governadores, certamente, tem seus motivos. No transcurso de um ano e três meses, a Pandemia se mostrou persistente, as respostas dos governadores não conseguiam conter a escalada das mortes, a vacinação se realizava lentamente, as atitudes políticas do governo federal se tornavam insustentáveis, retornava-se à quase normalidade das atividades econômicas, e agravava-se a crise social, tudo isso, de conjunto, explica, agora, por que as direções sindicais e políticas não puderam manter o freio ao descontentamento acumulado nas entranhas da população.

Embora de maneira indireta, a revolta na Colômbia, principalmente, demarcou, na América Latina, um curso de resistência, cujos reflexos se fizeram sentir no Brasil. As manifestações nos Estados Unidos, em resposta ao assassinato de George Floyd pela polícia, foi o primeiro sinal, por sua contundência, de que o único meio de os explorados se defenderem contra qualquer efeito do capitalismo em decomposição é o da luta coletiva, dos métodos próprios do proletariado. As direções sindicais e políticas não tiveram como utilizar o argumento da Pandemia, para condenar a mobilização das massas negras contra mais um ato bárbaro de racismo. No entanto, essa lição não foi suficiente para quebrar a passividade dos burocratas e reformistas, não só no Brasil, como na América Latina. A política de conciliação de classes funcionou, também na Pandemia, como uma argamassa, que engessou as organizações operárias, camponesas e populares.

Não demorou muito para que se tornasse patente que a Pandemia não seria controlada rapidamente. Todos assistiam

diariamente o número ascendente de contaminações e mortes. As centrais decidiram, no entanto, romper a passividade, quando o país atingia a marca de 460 mil mortes. Ninguém duvidava do realismo da previsão de que logo se chegariam aos 500 mil. E ninguém podia duvidar da possibilidade dos 600 mil. Diante de nossos olhos, vimos em câmara lenta os governadores se mostrarem impotentes, apesar de assumirem a orientação da OMS.

Apesar das evidências de que somente a classe operária organizada, tomando a frente dos explorados, poderia combater por um programa de emergência próprio, e garantir a

A política de conciliação de classes funcionou, também na Pandemia, como uma argamassa, que engessou as organizações operárias, camponesas e populares.

independência política diante dos governantes e da burguesia, as direções se colocaram abertamente pela bandeira burguesa do “fique em casa”. E a forma de expressar essa diretriz foi a de se limitarem aos chamados “panelaços”, “atos simbólicos”, “lives” e, quando muito, carreatas de ativistas. Esses meios passivos serviram para ocultar a barreira política e organizativa interposta entre as massas e a burguesia, bem como entre elas e os governantes. A demonstração mais contundente dessa conduta derrotista foi a negação explícita de que não se deveria realizar o 1º de Maio presencial. Armou-se uma frente ampla por reduzir o 1º de Maio a discursos virtuais, hipócritas e cínicos, sobre as desgraças da Pandemia. Nenhuma voz entre as centrais contestou e rompeu com essa franca posição capituladora.

A plenária das centrais, de 11 de maio, portanto 10 dias após o Dia Internacional dos Trabalhadores, decidiu o 29 de maio, como dia de mobilização, precedido por um ato no dia 26, em Brasília, para entregar a “Agenda Legislativa das Centrais Sindicais para a Classe Trabalhadora” à presidência da Câmara dos Deputados e do Senado. E o pedido do auxílio emergencial de R\$ 600,00 e a vacinação. Nem bem foi realizada a teatralização em frente ao Congresso Nacional, a CUT emitiu um nota, no dia 28, explicando que seguia as recomendações da OMS. Orientou as direções a “não provocarem aglomerações e exporem nossos militantes e trabalhadores e trabalhadoras das nossas entidades ao risco de contrair Covid-19”. Os cínicos colaboracionistas concluíram a nota dizendo precisar “de todos vivos para

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

vencermos todas as batalhas que ainda serão travadas”. Essa recomendação da direção da CUT demonstrou que aceitou, contra a sua vontade, a convocação do dia 29, e que pretendia apenas um ato simbólico em frente ao Congresso Nacional.

A nota do dia 28 foi uma forma de dar satisfação à burguesia e aos governadores, de que a CUT estava contra romper a passividade, que não estariam fazendo o mesmo que os bolsonaristas, que usaram fartamente as ruas no 1º de Maio. É bem provável que a crítica do vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, à convocação do dia 29, tenha contado com o apoio de uma importante parcela do partido. Diz o petista que era incoerente com a linha adotada até o momento, de não romper o isolamento social, quando a Pandemia continuava a matar. Chegou ao cúmulo de denunciar que as manifestações seguiriam a conduta dos bolsonaristas. A CUT, de fato, não se empenhou em convocar e organizar as manifestações. O boicote não declarado influenciou as demais centrais, à exceção da CSP-Conlutas, que rompeu com a passividade, depois de mais de um ano se arrastar por trás da frente burocrática das centrais. Eis por que os burocratas ficaram surpresos com a ocupação massiva da Av. Paulista, e a realização de atos e marchas em inúmeras cidades do país.

O entusiasmo despertado, depois de a mobilização repercutir nacionalmente, e comparecer como oposição ao governo Bolsonaro, é daqueles que viram que, ao final das contas, as manifestações estiveram sob o controle da política dos reformistas e da própria burocracia sindical. Não poderiam admitir – nem mesmo a CSP-Conlutas – de que se tratava de uma ruptura da passividade e da demonstração do quanto nociva foi a política burguesa do “fique em casa”.

O conteúdo político do dia 29 se concentrou na bandeira do “Fora Bolsonaro”. Evitou-se, porém, vinculá-la ostensivamente à bandeira conexas do impeachment. A frente que convocou as manifestações preferiu manter a ambiguidade do “Fora Bolsonaro”, bandeira que serve aos reformistas, esquerdistas pseudo-socialistas e, até mesmo, a alguns setores conservadores da burguesia. A posição majoritária do PT não esconde que, depois do ascenso da candidatura de Lula, o melhor caminho não é o de pressionar o Congresso Nacional para a abertura do impeachment. Não interessa aos estrategistas do reformismo agravar a crise política, quando o governo Bolsonaro naufraga nas águas da própria política burguesa. Eis por que se fala na tática de avançar no desgaste do presidente ultradireitista, negacionista e genocida. De forma que a bandeira do “Fora Bolsonaro” não passava de uma propaganda sem consequências práticas. Isso por que dependia da bandeira do impeachment. Uma vez que o conteúdo real da bandeira “Fora Bolsonaro” ficou oculto, os esquerdistas não precisavam se preocupar. O PSTU, que dirige a CSP-Conlutas, reclamou, apenas, da posição que objetivava desgastar eleitoralmente Bolsonaro, deixando-o “sangrar até 2022”. Os pseudo-socialistas, que, por mais de um ano, fi-

caram agarrados na saia da burocracia, seguidora da política burguesa do isolamento social, passam, agora, a dizer que “o verdadeiro caminho para derrotar Bolsonaro-Mourão (...) é o da ação direta”. Procuram, assim, requestrar a panaceia da “greve geral sanitária”.

As reivindicações de auxílio emergencial de R\$ 600,00 e aceleração da vacinação a todos não passaram de estofo para a bandeira do “Fora Bolsonaro”. No caso do auxílio emergencial, R\$ 600,00 são uma migalha. E a pergunta é por que as centrais não convocaram as massas a saírem às ruas, quando Bolsonaro e o Congresso Nacional discutiam a redução de seu valor? E isso ocorreu já em setembro, quando o auxílio foi cortado pela metade. As centrais optaram pela passividade, tendo claro que milhões não mais contariam nem com as migalhas aprovadas por meio de um acordo entre Bolsonaro e Congresso Nacional. É bom lembrar que toda essa gente se encontrava mergulhada na campanha eleitoral para as prefeituras. No caso da vacinação, em meados de 2020, abria-se um conflito do governador Doria e da frente de governadores com Bolsonaro. A vacinação somente se iniciou no final de janeiro de 2021. Durante quatro meses, a vacinação foi a contagotas. Somente agora, as centrais decidiram reivindicar a sua

aceleração. Somente os impostores, os mal-intencionados e os cegos não veem que o “Fora Bolsonaro” e as reivindicações de auxílio emergencial e vacinação são demagógicos. Não há nenhuma pretensão séria de organizar um poderoso movimento para golpear a política reacionária de Bolsonaro e criar as condições para derrubá-lo pela via da ação direta das massas. O mesmo diz respeito às demais reivindicações. Não é do interesse da oposição burguesa de esquerda e das burocracias sindicais abrirem caminho para potenciar um movimento que dê um primeiro passo na luta coletiva.

As avaliações exitistas do inesperado dia 29 passam por cima do bloqueio que as direções montaram durante um

ano e três meses. Ao contrário, é necessária uma justa e sóbria avaliação desse importante acontecimento. A mobilização de milhares de manifestantes, em mais de duzentas cidades do país, reflete uma tendência de ascenso dos explorados, que já suportaram por muito tempo as consequências brutais da Pandemia e da crise econômica. O dia 29 de maio serviu de válvula de escape à torrente de descontentamento e revolta gestada no seio da maioria oprimida. A sua composição social evidenciou que uma camada da pequena burguesia e da juventude empobrecida tomou a dianteira da ruptura da passividade.

A classe operária não esteve presente, como deveria estar. Esse é um ponto decisivo do balanço crítico do dia 29. A burocracia sindical continuou ditando a política da passividade ao proletariado. Isso explica por que os desempregados, subempregados, pobres, miseráveis e famintos não se lançaram às ruas. Bolsonaro e bolsonaristas puderam des-

A classe operária não esteve presente, como deveria estar. Esse é um ponto decisivo do balanço crítico do dia 29. A burocracia sindical continuou ditando a política da passividade ao proletariado. Isso explica por que os desempregados, subempregados, pobres, miseráveis e famintos não se lançaram às ruas. Bolsonaro e bolsonaristas puderam desdenhar da mobilização, justamente porque não sentiram o chão estremecer sob os seus pés.

denhar da mobilização, justamente porque não sentiram o chão estremecer sob os seus pés. Identificaram a bandeira do “Fora Bolsonaro”, como parte da disputa eleitoral, que se iniciou desde o momento em que o Supremo Tribunal Federal restituiu os direitos políticos de Lula. Não viram motivo de alerta quanto às reivindicações do auxílio emergencial e da vacinação. Parte da grande imprensa mirou com bons olhos a contestação a Bolsonaro, enquadrada nos limites das disputas interburguesas, que se vêm processando antes mesmo da Pandemia.

Os protestos advindos de camadas da classe média descontente são, via de regra, considerados democráticos. Isso, quando não levantam as reivindicações que opõem trabalho e capital. A defesa das reivindicações mais elementares da classe operária e dos demais trabalhadores escapa dos limites dos protestos políticos da classe média. A burocracia sindical, nesse sentido, exerce um poderoso controle das organizações classistas, e impõe cotidianamente obstáculos às tendências instintivas de revolta do proletariado. As manifestações do dia 29 somente foram admitidas por essas direções porque não levantavam a classe operária contra a burguesia e seus governantes. Basta observar as condições objetivas da maioria oprimida, para reconhecer que as suas necessidades e as suas reivindicações não estiveram na base do Dia de Mobilização Nacional. Nem sequer tiveram um mínimo de ressonância.

A Pandemia não é a única tragédia a ser enfrentada. Com ela, se agravaram o desemprego, subemprego, fome e miséria. De que adianta as direções protestarem verbalmente contra os 14,8 milhões de desempregados, 34 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, 33,2 milhões de pessoas subutilizadas, enfim, protestarem contra o avanço da fome? De que adianta, se não organizam a classe operária e os demais assalariados, para defenderem os empregos e os salários? De que adianta estenderem enormes faixas de “Fora Bolsonaro”, se mal se vê em alguns cartazes a defesa do emprego? Nesse ponto reside a essência do balanço do dia 29.

O ponto de partida para combater o governo burguês ultradireitista, qualificado de negacionista e genocida, se encontra nas reivindicações que unificam os explorados em torno ao proletariado. Ao se retirar esse ponto de partida, o movimento se limitou ao democratismo pequeno-burguês. A omissão ou a utilização demagógica do desemprego, subemprego e queda salarial, nas condições em que os capitalistas descarregam pesadamente a crise econômica sobre a força de trabalho, corres-

pondem à política de bloqueio ao proletariado e de amortecimento da luta de classes. Isso se passou durante um ano e três meses. E não porque a classe operária não tivesse necessidade de utilizar todos os seus meios para defender a si e ao conjunto dos explorados. Ao contrário, há muito não se tinha uma combinação tão desagregadora da força de trabalho como a que confluía a Pandemia e a crise econômica, em um só processo, oposto às necessidades mais elementares da maioria oprimida. É sintomático que as direções, que organizaram as manifestações, se esmerassem por marginalizar as reivindicações mais sentidas dos explorados, e por privilegiar a bandeira eleitoral do “Fora Bolsonaro”. Lembremos que o fechamento de fábricas e as demissões em massa não mereceram das centrais a organização de um movimento nacional pelos empregos e salários. Os acordos de indenização foram a única saída proposta pelos burocratas, para amenizar momentaneamente a situação dos demitidos. Esse tipo de engano favoreceu o patronato, que ficou com as mãos livres para demitir. A passividade geral e o isolamento das lutas, que poderiam se generalizar, se refletiram na orientação política e na composição social das manifestações do dia 29.

O Partido Operário Revolucionário (POR), infelizmente, foi a única corrente política que trabalhou para que as mobilizações tivessem como coluna vertebral a luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. A política do proletariado, assim, esteve presente nos estados em que o POR está organizado, distinguindo-se da política burguesa e pequeno-burguesa. Devido ao seu desenvolvimento embrionário, não foi possível destacar o programa de reivindicações próprio dos explorados, bem como a estratégia revolucionária de poder.

Esse balanço, certamente, se diferenciará e se oporá aos dos burocratas, reformistas e centro-esquerdistas. Assim se passa porque o POR compareceu como uma força viva, encarnando a política do proletariado, embora este, fisicamente, não estivesse presente. O POR faz um chamado à vanguarda com consciência de classe a analisar e estudar em profundidade o conjunto das experiências do período de um ano e três meses de passividade e, agora, diante da mudança que se iniciou com as manifestações massivas do dia 29 de maio. Chama a vanguarda com consciência de classe a reunir forças em torno à defesa da convocação de um Dia Nacional de luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, impulsionado por assembleias, comitês de base e paralisações.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



Quinta Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida**19 de junho****Lutemos para que a classe operária esteja presente com seu programa de reivindicações**

8 de junho de 2021

É preciso que as centrais, sindicatos e movimentos populares se empenhem, para que a manifestação do dia 19 de junho supere a do dia 29 de maio. A quebra parcial da passividade das direções, depois de um ano e três meses de Pandemia, teve uma resposta positiva dos explorados, com o comparecimento massivo nas grandes cidades do país, destacando a gigantesca marcha em São Paulo. Abriu-se um canal de manifestações de rua. As direções não esperavam uma resposta de tal magnitude, que as obrigou a marcar novos protestos para o dia 19. Agora, o objetivo tem de ser o de organizar a classe operária para que esteja presente e defina o curso da luta. Para isso, os sindicatos devem convocar as assembleias e constituir os comitês de mobilização.

O rompimento da barreira de contenção política e organizativa ao movimento de massa provocou divergências, no interior dos aparatos sindicais e dos partidos a eles vinculados, sendo o principal deles o PT. As discordâncias referiram-se a uma mudança de conduta diante do acatamento da política burguesa do isolamento social, até então rigidamente seguida, de conjunto, pelas direções sindicais e políticas. Há, no entanto, outro aspecto que é o da candidatura de Lula. Uma fração do PT e da burocracia sindical entende que a passividade tem favorecido, e não prejudicado, a ascensão do petista, uma vez que o governo Bolsonaro vem perdendo apoio eleitoral, sem que as massas tenham saído às ruas.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de se colocar à frente do programa de emergência próprio de quem sofre com a Pandemia, demissões, fechamento de fábricas, acordos de redução salarial e eliminação de direitos. Esse é o ponto de partida para rechaçar a estratégia burguesa, eleitoral, das manifestações, que se iniciaram no dia 29 de maio.

A fração que passou a ver as manifestações como um instrumento de aceleração do desgaste de Bolsonaro, necessário para um possível processo de impeachment, impulsionou o novo ato nacional. A ala mais à esquerda dessas direções, que também mergulhou na passividade, agora, começa a apostar nas mobilizações de rua. Acredita que a bandeira do “*Fora Bolsonaro e Mourão*” poderá abreviar a permanência de Bolsonaro no poder, sem explicar que governo o substituirá, e sem indicar o caminho por meio do qual ocorrerá a queda de Bolsonaro.

Com o agravamento da crise de governabilidade e o descontrole da Pandemia, as direções sindicais e políticas, da direita à esquerda, se dividem, quanto à avaliação de qual é o

melhor momento para fustigar o governo com a bandeira do “*Fora Bolsonaro*”. O fato de a afluência massiva de manifestantes no dia 29 de maio ter causado surpresa aos próprios organizadores fortaleceu a fração favorável ao retorno às ruas.

A ambiguidade da bandeira “*Fora Bolsonaro*”, que unificou as mais distintas correntes, à exceção do POR e da frente de luta, permite preenchê-la de conteúdo, de acordo com os interesses políticos imediatos. Há quem a maneja para preparar, desde já, as disputas eleitorais; há quem aposta na possibilidade de radicalizar o choque das massas com o governo; e há quem acredita que é possível chegar à convocação de uma Assembleia Constituinte. O jogo da ambiguidade está permeado pela bandeira do impeachment. Há aqueles que vinculam abertamente as duas consignas, e há aqueles que desfraldam uma, e ocultam a outra. A manifestação do dia 29 ocorreu sob o lusco-fusco da bandeira do “*Fora Bolsonaro*”. A maioria dos manifestantes de classe média arruinada, marcadamente jovem, expressou uma tendência latente na maioria oprimida, de combate a Bolsonaro.

O longo período coberto pela Pandemia – com os hospitais abarrotados, falta de remédios, milhares de mortes, crescente desemprego e avanço da miséria – permitiu que ficasse claríssimo quem é diretamente o principal responsável pela tragédia. É o que permitiu e permite confluir a bandeira ambígua do “*Fora Bolsonaro*” com o sentimento de revolta da camada mais politizada da classe média, que vem seguindo a política do reformismo. A esquerda pequeno-burguesa se vê obrigada a se colocar sob a bandeira do “*Fora Bolsonaro*”, sem poder se distinguir da estratégia do reformismo, que a todo vapor se prepara para as eleições de 2022. Nesse espectro esquerdista, há aqueles que advogam o “*Fora Bolsonaro*”, criticam a política de seus aliados, e procuram verbalmente não ser arrastados pelo roldão eleitoral, chefiado pelo PT, e seguido pelo PCdoB e PSOL. E há aqueles que, ao contrário, exigem que Lula tome a frente das manifestações, de maneira a soldar sua candidatura às massas, que se deslocam do apoio a Bolsonaro, dirigindo-se ao campo da oposição burguesa. Os inúmeros movimentos institucionalizados, como de mulheres, negros, indígenas, quilombolas, LGTB, etc., fazem parte desse espectro, que se abriga sob a bandeira do “*Fora Bolsonaro*”. Consolidaram-se como instrumentos políticos, em grande parte, do reformismo. A revolta latente no seio da classe operária e dos demais trabalhadores não tem encontrado outro canal de expressão política, a não ser o apresentado por esse amplo espectro, dominado pelo reformismo.

As centrais e os sindicatos, rigidamente estatizados, funcionam como caixa de ressonância da política institucional da frente reformista e dos interesses eleitorais dos distintos partidos. A

bandeira do “*Fora Bolsonaro*” serve para condicionar o enorme descontentamento dos explorados, conduzindo-os para as disputas eleitorais e substituição de um governo burguês decomposto por um governo que supostamente solucionaria o flagelo da Pandemia, desemprego, pobreza, fome e miséria.

A fórmula estratégica de que a tarefa principal é a de remover Bolsonaro e colocar em seu lugar outro governo, seja pelo impeachment ou eleição, tem como consequências: 1) não unificar a maioria oprimida em torno à classe operária por suas reivindicações próprias, no momento, ditadas pelas demissões, fechamento de fábricas, destruição de direitos, alta do custo de vida e falta de vacinação; 2) não colocar os sindicatos como organismos da democracia operária e da ação direta dos assalariados; 3) evitar o surgimento de organismos de base, como os comitês de luta. Essas consequências negativas imprimem, nas manifestações de massa, o legalismo burguês e pequeno-burguês, que deforma o caráter da luta de classes das ações coletivas.

A retomada da luta pelas mãos das direções sindicais e políticas, que até o dia 1º de Maio rejeitavam os atos presenciais, em uma posição de colaboração de classes – qualquer que seja a posição que prima pela passividade é colaboracionista – somente poderá avançar, caso a classe operária rompa o bloqueio da passividade, e saia em defesa de seu programa de reivindicações.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de se colocar à frente do programa de emergência próprio de quem sofre com a Pandemia, demissões, fechamento de fábricas, acordos de redução salarial e eliminação de direitos. Esse é o ponto de partida para rechaçar a estratégia burguesa, eleitoral, das manifestações, que se iniciaram no dia 29 de maio. E propagandear a estratégia de poder do proletariado, que é a da luta por um

governo operário e camponês, e os métodos da revolução social. Os explorados vão, objetivamente, ao encontro de sua estratégia histórica, empunhada pelo partido revolucionário, começando pelas suas necessidades vitais, libertando suas organizações sindicais das direções colaboracionistas, criando novos organismos de poder, e desenvolvendo a luta de classes.

As manifestações de massa aumentarão sua força social, tendo a classe operária como coluna vertebral. É o que não se passou com a mobilização nacional do dia 29 de maio. O motivo de a classe operária não estar presente se encontra nas barreiras montadas pela política de conciliação de classes das direções sindicais e políticas adaptadas ao capitalismo. A luta da vanguarda é para que a manifestação de 19 de junho se amplie, com a intervenção do proletariado. Uma das condições para isso é a defesa da unidade dos explorados em torno ao seu programa de reivindicações.

O Partido Operário Revolucionário vem insistindo que o enfrentamento ao governo de Bolsonaro não é isolado do enfrentamento à burguesia, aos demais governantes e ao imperialismo. Que no dia 19 de junho, a vanguarda combativa potencialize as reivindicações mais sentidas dos empregados, subempregados e desempregados.

Continua vigente a bandeira de *romper a passividade, lutando por: 1) empregos a todos, com redução da jornada, sem reduzir os salários, e estabilidade; 2) reajuste dos salários de acordo com a inflação, aumento real e recuperação das perdas; 3) salário mínimo vital, que cubra as reais necessidades da família trabalhadora; 4) direitos trabalhistas, com o fim da terceirização, emprego com carteira assinada a todos, “trabalho igual, salário igual”, e fim da discriminação salarial e empregatícia das mulheres e negros; 5) imediata e ampla vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.*

Carta Aberta Sexta Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Um ano e três meses de Pandemia

Covid-19 avança para 4 milhões de mortos no mundo, e 500 mil no Brasil. A tarefa é a de organizar a classe operária como direção da maioria oprimida.

9 de junho de 2021

A falência da política burguesa do isolamento social, a lentidão das vacinas e o esgotamento da capacidade hospitalar marcam a presente situação. Demonstram a incapacidade da burguesia, de colocar todos os recursos do capitalismo para proteger a maioria oprimida. A explicação dessa incapacidade se encontra no imperativo da exploração do trabalho, extração do lucro e acumulação de capital. Em síntese, se encontra na grande propriedade privada dos meios de produção, e na supremacia do capital financeiro, que conformam o capitalismo da época imperialista.

A aplicação de um amplo e rigoroso isolamento social, recomendado pela ciência, implicava contrariar os interesses dos monopólios, banqueiros e financistas. Nenhum governo bur-

guês, porém, é capaz de dirigir os recursos do Estado, em detrimento dos lucros dos monopólios e dos credores da dívida pública, para apoiar economicamente os pequenos e médios capitalistas, manter intactos os empregos, salários e direitos dos trabalhadores, e despendar um salário emergencial aos milhões desempregados e subempregados, que de fato cubra as necessidades reais.

A vacinação caminha lentamente, não apenas devido às divisões entre Bolsonaro e governadores, mas principalmente ao controle laboratorial e industrial pelos monopólios. Meia dúzia de corporações farmacêutico-industriais, guiadas pela guerra comercial imperialista, estabelece o ritmo da produção e distribuição dos imunizantes. A solução positiva da discus-

são sobre a quebra de patentes depende dos Estados Nacionais e governantes, que, em última instância, estão a serviço do grande capital.

A Pandemia ressaltou, tanto a divisão de classes, quanto a de países opressores (imperialistas) e países oprimidos (semicoloniais). A imensa maioria, que constitui o bloco semicolonial, não tem como comprar as vacinas. Depende da “caridade” da Organização Mundial da Saúde (OMS), que, por sua vez, depende de recursos das próprias potências opressoras. Os países semicoloniais, que atingiram certo grau de industrialização, poderiam produzir essa mercadoria tão procurada, como é o caso do Brasil. No entanto, dependem das patentes, enfim, do controle monopolista dos insumos.

Nunca foi do interesse da burguesia estabelecer um potente sistema de saúde público. A saúde privada subordina o sistema público de saúde. A minoria burguesa e a alta classe média contam com a mais avançada estrutura médico-hospitalar. A imensa maioria tem de se sujeitar às precárias condições da medicina pública. A Pandemia expôs o precipício de classe em todos os sentidos, mas principalmente no que diz respeito à crise sanitária.

No caso da Saúde e do sistema hospitalar, na sua imensa maioria, estão muito aquém das condições exigidas pela imersão de uma pandemia, cujo vírus é mortal e dinamicamente mutante. O mar de pobreza e miséria das massas mundiais serve de semeador do Covid-19, no qual se instala, e por meio do qual se propaga e se modifica. O aumento do desemprego e o avanço da miséria potencializam ainda mais esse principal habitat humano do vírus mortal. Nunca foi do interesse da burguesia estabelecer um potente sistema de saúde público. A saúde privada subordina o sistema público de saúde. A minoria burguesa e a alta classe média contam com a mais avançada estrutura médico-hospitalar. A imensa maioria tem de se sujeitar às precárias condições da medicina pública. A Pandemia expôs o precipício de classe em todos os sentidos, mas principalmente no que diz respeito à crise sanitária.

É necessário evidenciar os elos dessa cadeia de contradições, típicas do capitalismo mundial, que se decompõe e impulsiona a barbárie. Embora os fatores da contradição não tenham o mesmo peso, devem ser tratados de conjunto. Somente assim, é possível compreender por que o capitalismo, em seu estágio mais avançado da ciência e do desenvolvimento das forças produtivas em geral, tem sido arrastado e sacudido pelo Covid-19, sem que possa se valer do alto grau civilizatório, para evitar uma mortandade tão grande, que caminha, oficialmente, para os 4 milhões de mortes.

Muita ilusão se promoveu, em torno às diretrizes da OMS sobre o isolamento social. A maioria dos governantes se guiou por elas. Aqueles que não aceitaram foram qualificados de negacionistas. Essa divisão foi e tem sido utilizada para que a variante “negacionista” fosse responsabilizada, em grande medida, pelas dificuldades de contenção da Pandemia. Essa divergência interburguesa, que foi um fator real na elaboração das respostas dos Estados, acabou sendo desvinculada das contradições, que estão na base econômica do capitalismo. Eis por que a discussão em torno ao “negacionismo” funcionou

como uma cortina ideológica, ocultando o caráter de classe do fracasso da aplicação do isolamento social, como principal arma de enfrentamento à disseminação da Pandemia, em uma primeira etapa. A aplicação da vacina, na segunda etapa, expôs ainda mais claramente as contradições, que estão na base do fracasso, ou fracassos, tendo em vista as diferenciações entre os países. A população mundial, assim, ficou à mercê das limitadas medidas, aplicadas em diferentes países, em distintas condições, e com resultados em distintos graus.

O Brasil, embora tenha condições industriais e financeiras para travar um combate mais eficaz às consequências da crise sanitária, acabou ocupando um lugar de destaque no relativo fracasso à contenção do número de mortes. Tudo indica que

atingirá a marca de 600 mil, prevista por determinados estudos epidemiológicos. Os Estados Unidos, que estão acima de qualquer outro país para reagir com eficácia à poderosa força da Pandemia, só recentemente a estancaram e a retrocederam com a massiva imunização. A Argentina, cujo governo se dispôs a seguir a orientação da OMS, e procurou obter as vacinas bem antes que o Brasil, está

mergulhada no flagelo da contaminação e mortes. A Índia, que sedia a indústria das vacinas e dos insumos, exibiu cenas de horror de mortos espalhados pelas ruas.

Depois de um ano e três meses, não há como disfarçar a incapacidade da burguesia e seus governantes, de proteger os pobres, miseráveis e famintos. A discussão entre especialistas, sobre o que não foi feito e o que poderia ser feito mundialmente, é completamente indiferente à realidade, à montanha de mortos. O que se deve identificar são as contradições estruturais do capitalismo. É por aí que se evidencia a impossibilidade de a burguesia e seus Estados Nacionais equacionarem a Pandemia, devido à divisão de classes e à opressão imperialista.

Somente a classe operária, por meio da teoria e do programa do socialismo científico, portanto marxista, pode revelar a raiz da incapacidade da burguesia e levantar uma resposta própria. E por que, então, não se tem essa resposta em todo o mundo? Na essência dessa pergunta, está a chave da compreensão sobre a contradição entre o alto grau do desenvolvimento das forças produtivas, que inclui a ciência e a tecnologia, e a impossibilidade de a burguesia mundial e dos Estados Nacionais utilizarem a potencialidade dos recursos acumulados contra a Pandemia e em favor da proteção das massas. Faltou e falta ao proletariado a sua principal arma, que é o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Isso significa a ausência de uma diretriz mundial, necessária para centralizar politicamente, e levantar organizadamente os explorados contra os interesses econômicos da burguesia, e contra a sua incapacidade de conter a Pandemia e as suas desastrosas consequências econômicas. Constata-se, em mais um momento de decomposição do capitalismo e sacrifício generalizado dos explorados, a gravidade da crise de direção mundial. Não tendo como aplicar o Programa de Transição da IV Internacional, o proletariado e os demais trabalhadores ficaram completamente nas mãos da burguesia mundial e dos Estados Nacionais.

Na ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista, as

direções sindicais e políticas, da direita à esquerda, puderam facilmente cumprir o papel de auxiliares dos governos burgueses, que aplicaram limitadamente as orientações da OMS. De conjunto, as direções neutralizaram os sindicatos como organismos de defesa da vida dos explorados. E os partidos a eles vinculados cumpriram a função de escora dos planos emergenciais dos parlamentos e dos governos. Contribuíram para que os capitalistas destruíssem maciçamente postos de trabalho, demitissem em massa, eliminassem direitos trabalhistas, e reduzissem o valor da força de trabalho. Prevaleceu a política de colaboração de classes, generalizadamente, com tamanha força, que arrastou atrás de si as esquerdas, que se reivindicam do marxismo e do socialismo. Imperou a passividade. Impôs-se um maior desarme ideológico, político e organizativo do proletariado. Desarme esse que se sintetizou na bandeira do “fique em casa”. Bandeira essa do isolamento social, que se transformou em bandeira política de contenção da revolta instintiva dos trabalhadores, que arcavam diariamente com as mortes, pelo Covid-19, e demissões, pela crise econômica. O resultado foi que o isolamento social, como bandeira científica, fracassou, e, como bandeira política, triunfou contra a luta de classes. A desorganização da classe operária e a passividade geral das massas se constituíram em um fator objetivo em favor da fracassada política burguesa e, portanto, das brutais consequências da proliferação do vírus.

Desde a Segunda Guerra Mundial, não se tem uma catástrofe da dimensão de quase quatro milhões de mortos, em um ano e três meses. Considerada essa dimensão, tem-se claro e patente que somente a luta do proletariado e dos demais explorados – voltada à expropriação do grande capital e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social – possibilitaria utilizar os vastos recursos acumulados pelo capitalismo para vencer a Pandemia.

A derrocada da burguesia e a ascensão do proletariado, apoiado na maioria oprimida, eram e são as condições para proteger a humanidade da decomposição e da barbárie capitalistas. Das condições objetivas da crise mundial, emerge a tarefa histórica da transformação da ordem capitalista em socialista. Trata-se de alcançar as condições subjetivas, programáticas e políticas, organizando o proletariado em partidos revolucionários, que sirvam de pilares do Partido Mundial da Revolução Socialista. O terremoto global, provocado pela Pandemia, abre caminho para um realinhamento das forças revolucionárias, que se fortalece-

rão com as dolorosas experiências que ainda se processam. Cada vez se torna mais nítido que as direções colaboracionistas renunciaram, em toda a linha, à defesa dos explorados. E as esquerdas “socialistas”, que capitularam, deixaram transparecer as raízes de suas debilidades e deformações, nas quais se encontram a negação em se constituírem em partido da revolução proletária, guiado pela estratégia da ditadura do

proletariado. Mostraram-se incapazes de lutar por um programa de emergência próprio dos explorados, tornando-se instrumentos da passividade.

Em várias partes do mundo, eclodiram movimentos que passavam por cima da política burguesa do isolamento social, rompiam as travas da paralisia, e erguiam coletivamente as reivindicações dos explorados. O mais sintomático deles ocorreu nos Estados Unidos, com a mobilização massiva contra o racismo, exposto no assassinato de George Floyd por um policial. Na maior potência, sob o governo de Trump, e quando a Pandemia ainda estava em alta, as massas negras oprimidas mostraram o caminho por onde os explorados podiam defender-se. Esse acontecimento se chocou frontalmente com as travas mundiais, levantadas contra as massas pela burguesia e seus governantes, e a favor da política de colaboração de classes das direções sindicais. Não pôde ser aproveitado, devido à profunda crise de direção revolucionária. As revoltas que se vêm gestando na América Latina, indicadas pelo combate das massas colombianas ao governo pró-imperialista, tendem a ganhar a luz do dia. A vanguarda revolucionária deve guiar-se por essa

tendência, e preparar o seu caminho.

No Brasil, um dos seus sinais foi a retomada do movimento de rua no dia 29 de maio. Preparar o caminho significa propagandear e agitar as reivindicações, com as quais o instinto de revolta das massas se manifestará coletivamente. Continua vigente o programa de emergência próprio dos explorados, que tem como coluna vertebral a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação massiva, a começar pelos pobres e miseráveis. Também continua vigente o combate implacável à política de colaboração de classes, que desviou a primeira manifestação nacional das massas para os estreitos corredores da política institucional e eleitoral. A tarefa principal da retomada da ação direta dos explorados é a de quebrar os freios que a burocracia sindical exerce sobre as organizações dos trabalhadores. Vigora ainda a política da passividade entre as massas operárias.

A manifestação coletiva da pequena burguesia sofrida, tendo à frente a juventude oprimida, se potenciará com a presença da classe operária organizada.

A vanguarda revolucionária parte do programa de revolução proletária, para responder à crise estrutural do capitalismo, e as massas partem de suas necessidades vitais, para se defenderem do capitalismo em decomposição. A tarefa da vanguarda é a de auxiliar as massas a se levantarem por suas necessidades, para, assim, caminharem no sentido do programa da revolução proletária. O Partido Operário Revolucionário vem lutando, desde o início da Pandemia, para que a classe operária assuma a sua defesa e a defesa da maioria oprimida com seu programa, sua organização, e com seus métodos de classe revolucionária.

Continua vigente o programa de emergência próprio dos explorados, que tem como coluna vertebral a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação massiva, a começar pelos pobres e miseráveis. Também continua vigente o combate implacável à política de colaboração de classes, que desviou a primeira manifestação nacional das massas para os estreitos corredores da política institucional e eleitoral. A tarefa principal da retomada da ação direta dos explorados é a de quebrar os freios que a burocracia sindical exerce sobre as organizações dos trabalhadores.

São Paulo

Os explorados ocuparam massivamente as ruas



Dos mais de 200 atos realizados pelo país, o de São Paulo foi, sem dúvida, o mais expressivo. Reuniu aproximadamente 80 mil pessoas na Av. Paulista, e realizou uma marcha até o centro da cidade. O perfil de classe da manifestação foi de predomínio da pequena-burguesia e da juventude oprimida, ambos profundamente descontentes com a situação do país e com o governo Bolsonaro. A classe operária esteve ausente, mostrando que permanece sob as amarras das direções sindicais. Estas deviam preparar a classe, convocar as assembleias presenciais e realizar o trabalho prévio de agitação, com as paralisações e greves, desde os locais de trabalho. Nada disso foi feito. O setor que destoou do perfil majoritário na manifestação foi o dos sem-teto, que compareceram em número considerável, sob o chamado do MTST.

A Frente de ação, que foi criada para o dia 1º de Maio, se manteve para os atos que vieram a seguir, do movimento negro nos dias 8 e 13, e no dia 29 de maio. Houve aproximação de outras correntes, atualmente é composta pelo POR, FOB, LOI, AOC-SP, CT-Socialismo, MAE e militantes independentes. A essência da unidade dessa frente está no chamado à quebra da passividade, com ações de rua, e em torno à plataforma de reivindicações emergenciais, que une a classe operária e os demais explorados, como a defesa do emprego, dos salários, da vacina para todos, contra a carestia de vida, etc. A frente chamou concentração para a Praça do Ciclista, onde iniciou a agitação das bandeiras e a marcha ao encontro do ato no MASP.

No MASP, fizeram uso da palavra no carro de som, as centrais sindicais, as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e outros movimentos sociais, como a Coalizão Negra. Falaram também os partidos políticos, que estavam alinhados em torno à bandeira do “Fora Bolsonaro”, com exceção do POR, que foi colocado para falar apenas no trajeto. De maneira geral, as colocações tiveram um tom de denúncia da situação de calamidade que vivem os trabalhadores e a juventude, e concluíam com o chamado hipócrita à luta (tendo em vista que são os verdadeiros responsáveis pelo imobilismo das massas).

A fala porista se destacou das demais, pois, denunciou o chamado tardio daquele ato, e centrou na defesa nas necessidades elementares dos explorados, caminho pelo qual passa e



passará a revolta dos trabalhadores, além de apresentar a proposta concreta de que fosse realizado um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção. Distinguiu-se, assim, da bandeira “Fora Bolsonaro”, que unificou as centrais, sindicatos e partidos reformistas e centristas.

Na marcha realizada até o centro da cidade, o POR, juntamente com a frente de luta, se destacaram por serem os únicos que erguiam o programa do proletariado, através de suas bandeiras e palavras de ordem, “Nenhuma demissão!”, “Nenhuma redução salarial!” e fim da miséria e a fome. Denunciou assim, para aqueles que acompanhavam o bloco, que, se é verdade que a Pandemia mata, é também verdade que a miséria, o desemprego, os governos e a burguesia também matam. Por isso, a luta não pode ser só contra o governo burguês de turno, mas contra toda forma de exploração. Uma grande faixa, empunhada pelo POR, com os dizeres, “Escala móvel das horas de trabalho”, “Salário mínimo vital e móvel”, “Entrega das terras aos camponeses pobres, sem indenização aos latifundiários”, “Estatização sob o controle dos trabalhadores”, compunham com as bandeiras de defesa da vida das massas. Durante o percurso, o POR distribuiu o Manifesto e o boletim da frente de luta. Também expôs suas publicações na banca no vão do MASP, e os militantes atuaram com a divulgação do jornal Massas.

A manifestação em São Paulo mostrou, por sua magnitude, que há um profundo descontentamento represado. Certamente, se o proletariado estivesse presente, o conteúdo da manifestação seria outro. Devido ao seu caráter embrionário, o POR, apesar de carregar o programa da classe operária, não pôde reverter o tom eleitoral dado pelas direções. Ainda assim, deu vida ao instinto de luta de uma parcela dos explorados, dando respostas concretas aos problemas emergenciais enfrentados pelos trabalhadores.

Pronunciamento do POR no carro de som

Trabalhadores e juventude,

Neste dia 29 de maio, nós ocupamos as ruas, quebrando a passividade. Desde que se iniciou a Pandemia, infelizmente, as centrais e as direções têm deixado de ocupar esse palco, que é

nosso. A rua é o lugar que cabe aos trabalhadores e à juventude oprimida ocuparem para defender as suas reivindicações.

Esse chamado, certamente, foi tardio. Mas, como diz o ditado, antes tarde do que nunca. A nossa tarefa nesse momento é chamar – e aí fica a proposta concreta – um verdadeiro Dia de Luta Nacional, para paralisar os serviços, o comércio e a produção social, porque a situação que a gente vive é extremamente grave. O desemprego ameaça a família trabalhadora, a fome vai se aproximando perigosamente de milhões e milhões de brasileiros.

Recife

Viva o povo nas ruas! Abaixo o governo Bolsonaro! Por empregos, direitos e vacina para todos!

Uma multidão atendeu ao chamado das centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos populares, e marchou pela Avenida Conde da Boa Vista. A palavra de ordem predominante foi o “Fora Bolsonaro”. Todos repudiaram o presidente genocida, diante das mais de 459 mil mortes pela Covid-19.

A PM de Pernambuco reprimiu violentamente o ato, com balas de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta e prisões. Dois trabalhadores que passavam pelo local, sem participar da manifestação, sofreram disparos no rosto e perderam a visão de um dos olhos, um deles inclusive teve o globo ocular removido. A vereadora do PT, Liana Cirne, ao tentar falar com os policiais, levou spray de pimenta diretamente no rosto.

O governo PSB/PCdoB, que sob a Pandemia tem garantido, prioritariamente, os interesses do poder econômico, disse que não autorizou a ação policial. Ora, o batalhão de choque estava lá a mando do governo, que deve ser responsabilizado pela repressão. Desde o início, os policiais tentaram impedir a saída do ato, bloqueando a saída dos carros de som. Uma encenação de averiguação está em curso, com versões fraudulentas criadas pela polícia. O Comandante Geral da PM-PE, Vanildo Maranhão Neto, renunciou, assim como o Secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua. Ventilou-se a possibilidade de ter havido uma ala bolsonarista que atacou a manifestação, porém, a repressão aos trabalhadores da saúde, camponeses e outros é parte da atuação da PM do estado, mesmo sob o comando de Paulo Câmara (PSB).



Atuamos em bloco com o Mangue Vermelho e militantes da FOB, chamando a atenção para a luta por empregos, contra a miséria e a fome, por direitos e vacina para todos, começando pelos pobres e miseráveis! Nas falas ao megafone, combatemos as ilusões na CPI do Congresso Nacional vendido e nas soluções eleitoreiras, e defendemos o método da ação direta e a luta revolucionária.

29 de Maio foi um marco no rompimento do imobilismo. Perdemos muito tempo nos últimos 14 meses, quando as direções se refugiaram no meio virtual, e a destruição de vidas, empregos e direitos ganhou terreno. É preciso preparar, democraticamente, os próximos passos, com a formação de frentes únicas de luta, comitê e assembleias presenciais.

A classe operária esteve ausente nesse dia de lutas, apenas alguns dirigentes de seus sindicatos se fizeram presentes. É preciso exigir, das centrais e sindicat

Fome, desemprego e retirada de direitos: estão aí as chagas da crise do capitalismo, que vão sendo despejadas sobre os ombros da maioria. É preciso que o Dia 29 seja um pontapé inicial, a gente precisa colocar os trabalhadores nas ruas, em defesa do emprego, em defesa do salário, e com a perspectiva de um plano próprio de emergência, na luta por um governo operário e camponês.

Viva a luta dos explorados!

Viva a revolução! E viva o socialismo!

tos, a preparação de uma greve geral, que pare a produção, em defesa de um plano de emergência próprio dos explorados.

De véspera, após notificação do Ministério Público de Pernambuco, o PT-PE anunciou que não participaria e nem apoiaria o ato, e o PSOL-PE divulgou nota recomendando que apenas representantes participassem. Nas falas, o PSTU ainda chamava o ato de simbólico. Apesar disso e da repressão, temos um marco de retomada das lutas massivas no país.

As palavras de ordem mais importantes do bloco classista:

A nossa luta é todo dia / é por emprego, vacina e moradia

Governo genocida / O povo não enrola / vacina para todos é Direito e não esmola

Abaixo o governo Bolsonaro! (todos em coro) Morra! / Viva o povo nas ruas! (todos em coro) Viva!

Polícia fascista, Estado Terrorista!

Patos-Paraíba

Prevaleceu o oportunismo eleitoral

Atendendo ao chamado das centrais, demais entidades e movimentos sociais, aconteceu em Patos, interior da Paraíba, o ato “Fora Bolsonaro”, seguindo a bandeira “Vacina no braço, comida no prato”. A concentração se deu na principal via de circulação de Patos, a maior cidade do sertão paraibano. Estavam presentes a CTB, UP/PCR e seu Movimento de Mulheres Olga Benário, SIMFEMP (Sindicato dos Funcionários Municipais de Patos), SINTECT, representantes dos Correios, do campus local da UFCG, e ativistas. A CPE-POR estava presente, e distribuiu o manifesto elaborado pelo partido.

As falas iniciais estiveram focadas em: denúncias sobre o governo Bolsonaro, a CPI, a agenda de privatizações, cortes orçamentários e descontrole do custo de vida e do desemprego. O vereador Zé Gonçalves (PT) compareceu ao ato com um cartaz que fazia referência a sua própria figura, e defendeu a candidatura de Lula. Sua fala, típica do oportunismo eleitoral do PT, fazia uma metáfora entre “vencer o vírus com a vacina” e “vencer Bolsonaro

nas urnas”. Além de vereador, Zé Gonçalves é o atual presidente do CTB/Paraíba e vice-presidente do SIMFEMP.

A UP/PCR era o maior agrupamento no ato. A fala do representante dos Correios mencionou as privatizações, a derrota sofrida pela greve em 2020, mas concluiu de forma parecida, ao fazer uma defesa do governo petista e das urnas. A fala do representante da UFCG mencionou os cortes e sucateamento da educação superior, e defendeu que as universidades estavam se abrindo para os pobres, e que esse processo foi interrompido pelo golpe, em 2016.

Por volta das 9h, o ato fez um curto trajeto, ocupando um dos sentidos de duas das principais vias da cidade, parando em frente ao mercado público e popular. O ato era composto pela pequena-burguesia urbana local, funcionalismo, politiquinhos e profissionais liberais. Não havia a presença da classe operária, nem da juventude estudantil, completamente desmobilizada e desarmada, desde o fechamento dos quatro campi existentes na cidade.

Natal

Divisão em dois blocos, sob a mesma bandeira do “Fora Bolsonaro”



O ato iniciou com a concentração no shopping Midway, local onde tradicionalmente se reúnem as maiores manifestações. Contou com cerca de 4 mil pessoas. Salvo algumas exceções, como os bancários e o sindicato dos ecetistas, houve significativa ausência dos sindicatos. O caráter massivo do ato demonstra a insatisfação reinante nas massas, diante do morticínio da Pandemia, e do agravamento do desemprego, fome e miséria.

Na organização prévia do ato, as direções formaram uma coordenação burocrática, que decidiu por maioria só haver a fala, no carro de som, das entidades sindicais e estudantis e dos movimentos, vetando a fala dos partidos. Tratou-se de uma medida burocrática que, na prática, impede a intervenção das pequenas organizações e dos independentes, uma vez que os maiores partidos conseguem garantir suas falas por meio das centrais e entidades que dirigem.

Apesar de permitir a fala dos movimentos, o Movimento de Luta nos Bairros – MLB –, dirigido pelo PCR, ficou excluído da lista de entidades que iriam falar. A posição da CUT/PT/Frente Brasil Popular, em torno da exclusão do MLB, levou à dissolução da coordenação e o aparecimento de dois carros de som no ato, um sob o controle da UNE/CUT/PT, e outro sob o controle do PCR/UP/MLB.

Dessa forma, a manifestação se dividiu em dois grandes blocos, que caminharam juntos, mas cada um com o seu carro de som.

À frente, estava a JPT, Levante e satélites, com as organizações que dirigem, como UNE, UBES, UEE, onde vigorava a decisão de vetar a fala dos partidos. Na outra parte do ato, que compreendia a maior parte dos manifestantes, estiveram, entre outras organizações, o PSOL, PCR e UP, MLB, PSOL, PSTU, POR e os anarquistas. Neste carro de som, o organizador garantiu a fala do POR.

Apesar da divisão do movimento, as duas direções, PT e PCR, convergiram em anunciar o fim do ato na altura da Igreja Universal, frustrando as expectativas da grande maioria dos manifestantes, que tinham o objetivo de marchar até o Via Direta, ao longo da BR-101. O PCR logo chamou a base do MLB a se retirar do ato. Os anarquistas e o POR, em pequeno número, ainda permaneceram na rua, como uma forma de pressionar pela continuidade do movimento. O PCB ficou vacilante, e, no final, acabou acatando a decisão burocrática do PT e do PCR de encerrar o ato. Dessa forma, o ato foi completamente desmobilizado pelo PT e PCR. O caráter embrionário do POR não permitiu que constituísse um destacamento coeso, capaz de impor o trajeto da manifestação.

O POR convocou o 29 de maio nas escolas e nas fábricas, defendendo as bandeiras de emprego, salário e vacinação. Ergueu a faixa: “Romper a passividade. Lutar nas ruas por empregos, salários e vacina a todos”, distinguindo-se das demais correntes, que estavam com o “Fora Bolsonaro”. Na fala do carro de som, mostrou a necessidade de construir outro ato maior, pelos empregos, salários e direitos. Criticou as bandeiras de CPI, impeachment e eleições, levantadas pelas direções sindicais e pelos partidos reformistas. Enfatizou que as reivindicações dos trabalhadores serão conquistas por seus próprios métodos, a ação direta; Concluiu defendendo a constituição de uma frente de luta pelo emprego a todos, salário mínimo vital e auxílio emergencial calculado em assembleias, e pela vacinação universal, começando pelos pobres e miseráveis. E propagandeando a estratégia própria de poder da classe operária, que é a do governo operário e camponês, resultado da revolução proletária.

Natal**Boletim Nossa Classe chama os operários para o ato**

Para o ato do dia 29 de maio, os militantes do POR, por meio do Boletim Nossa Classe, estiveram na fábrica Vicunha. Ao chegarem à fábrica, por coincidência, a direção do sindicato dos trabalhadores têxteis (SINDTÊXTIL) estava com um carro de som. Quando foi perguntado se estava mobilizando para o ato, que ocorreria no dia seguinte, o burocrata respondeu que não. Na realidade, se tratava da campanha para a eleição da chapa do sindicato do quadriênio 2021-2024, marcada para 2 de junho.

Nas falas do carro de som, os burocratas se vangloriavam por serem uma eleição sem uma chapa de oposição. Aproveitavam para apresentar os novos integrantes da chapa da direção, que trabalham na empresa. E para mostrar as proezas de te-

rem conquistado o aumento da cesta básica, e anunciar as reuniões com a Vicunha em torno ao reajuste salarial. Mas que só comunicariam os resultados após as eleições, no dia 3 de junho.

O discurso de transformar pequenas migalhas concedidas pelo patrão em vitórias, e em reafirmar que estão “trabalhando duro”, é um velho truque de burocratas escolados. Agora, aproveitam a Pandemia e a passividade imposta aos operários para realizar as eleições sindicais. A ausência de uma chapa oposicionista e classista, para desbancar essa burocracia, coloca a urgência de constituir uma fração revolucionária no interior da fábrica. Uma fração que se assenta na defesa das reivindicações pelos empregos, salários e direitos trabalhistas e nos métodos da luta de classes.

Os burocratas, diante da presença do Boletim Nossa Classe, discursaram contra o governo Bolsonaro, responsabilizando-o pela mortandade causada pela Pandemia. Mas, nenhuma menção ao ato do dia 29. Enquanto isso, os militantes constituíram um bloco com as bandeiras do partido, e se colocaram na porta da fábrica, para distribuir o boletim que convocava para o ato. O boletim Nossa Classe/POR tem atuado nas fábricas, para que a classe operária se incorpore aos atos, levantando suas reivindicações próprias em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação. Lutamos para constituir uma fração revolucionária de operários, que sejam o canal da política revolucionária no interior da fábrica, e construam uma direção revolucionária para o sindicato.

Mossoró**Forte presença da juventude**

O Ato “Fora Bolsonaro” contou majoritariamente com a juventude. As organizações estudantis universitárias e da educação básica estiveram presentes. As poucas direções sindicais que compareceram foram por meio de representação, às vezes somente com um diretor. Este foi o caso da direção da Aduern.

As intervenções estiveram sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”. Afirmando que a mudança do presidente conduziria para uma política contra a Pandemia “de salvar vidas”. Bolsonaro, assim, teria uma política genocida. Esteve ausente a compreensão de que o problema é a impossibilidade de a burguesia realizar um

combate ao vírus e de proteção à maioria oprimida, pela sujeição ao poder econômico e aos monopólios que controlam as vacinas.

O ato seguiu em caminhada pela avenida ao redor do Teatro Municipal, com as medidas de distanciamento social, o uso de álcool e máscaras. Demonstrando, assim, que quando a necessidade da luta se impõe, os explorados encontram formas para ganhar as ruas.

No ato, foi distribuído o Manifesto do POR, onde afirma que é preciso um Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários, direitos e vacina para todos, a começar pelos pobres e miseráveis.

Ceará**Dia Nacional de Mobilização termina em ato ecumênico**

O dia nacional de mobilização, em Fortaleza, foi marcado pelo divisionismo. O ato de rua foi convocado por centrais (Intersindical, Conlutas), movimentos (MTST, Frente Povo sem Medo), entidades estudantis (UNE e UBES), e partidos (PSOL, UP, PCB, etc.), com concentração na Gentilândia. A CUT, CTB e sindicatos de professores (Apeoc e Sindiute), alegando a necessidade de respeitar o isolamento social, cindiram a luta, convocando uma carreata, partindo da Arena Castelão, no mesmo dia e horário. A cisão claramente enfraqueceu a dia nacional de mobilização, que poderia ter servido como uma demonstração de força dos explorados, diante dos governos e capitalistas.

Os dois atos estiveram sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”, isto é, expressaram o jogo eleitoral e as disputas interburguesas no interior dos movimentos. A carreta não teve maior transcendência. O ato de rua, ao contrário, chamou a atenção de parte dos explorados, (especialmente da classe média arruinada), e obrigou

a imprensa burguesa a noticiá-lo. A passeata, que contou com entre 5 mil e 8 mil pessoas, mostrou disposição de luta da juventude e parte dos explorados, malgrado a ausência da classe operária.

O POR atou com suas bandeiras, banca, distribuição do manifesto nacional e palavras de ordem. Foi bastante positiva a participação coesa do bloco das correntes (POR, FOB, GEAP e Coletivo Carcará), que havia preparado de antemão uma intervenção unificada e, assim, pode diferenciar-se com uma linha classista, em oposição à linha política eleitoreira e democratizante das demais correntes.

O ato marchou até a Igreja de Fátima, na Av. 13 de maio, onde finalizou com um ato ecumênico, encerrando sob as bênçãos e o sermão de padres e pastores evangélicos críticos do governo. Para além das pretensões eleitorais ocultas, a aproximação com as igrejas mostra como as direções do movimento são incapazes de assegurar, não apenas a independência política, como até mesmo

a independência ideológica frente aos opressores.

A manifestação do dia 29/05 mostrou qual deve ser o caminho da luta. É preciso rechaçar os meios virtuais, que mantêm os explorados na passividade, e bloqueiam o método da ação direta. A presença dos explorados nas ruas mostra que a defesa das condições de vida das massas choca-se com a política burguesa do isolamento social, até ontem, encarnada com vigor pelas correntes de

Paraná

Manifestantes protestam em várias cidades

Como em vários estados, no Paraná ocorreram manifestações presenciais em várias cidades. Em Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu, milhares de manifestantes se reuniram, portando faixas e cartazes pelo “Fora Bolsonaro, por vacina e pelo auxílio emergencial de R\$ 600”.

Em Curitiba, se estima em mais de 7 mil manifestantes, Londrina e Maringá reuniram mais de mil. Os atos foram convocados por comitês, constituídos nas semanas anteriores, com participação de diversos movimentos, alguns sindicatos, centrais e partidos. Predominou a orientação eleitoreira do “Fora Bolsonaro”. A reivindicação de vacina para todos foi levantada de modo a desgastar eleitoralmente o governo, pois, não se vinculou a outras medidas de emergência próprias dos

esquerda pequeno-burguesas. A tarefa do momento consiste em lutar para que as manifestações se coloquem pelas reivindicações que expressem a defesa das condições de vida dos oprimidos. São elas: emprego a todos, salário vital, redução da jornada sem redução de salário, direitos trabalhistas, contra o desemprego e o fechamento de fábricas e vacina universal, começando pelos mais pobres e miseráveis. O POR trabalha com afinco por este objetivo.

trabalhadores, a exemplo da estatização dos laboratórios e fábricas de vacinas, sob o controle operário, quebra de patentes e outras.

Os atos contaram com muitos jovens, professores e alguns sindicalistas, mas a classe operária esteve ausente. A maioria dos sindicatos e centrais continuou submetida à política burguesa do isolamento social. Na véspera, a CUT estadual soltou uma nota ambígua sobre a manifestação, mas, no fundo, contra as aglomerações, portanto, contra os atos presenciais. Em algumas cidades, representantes do PT chegaram a defender o cancelamento das manifestações, mas não conseguiram. E, em alguns balanços realizados, correntes vinculadas ao PT aproveitaram para criminalizar os setores que exigem radicalização das lutas.

Em nenhuma dessas manifestações, essas direções levantaram bandeiras em defesa das condições de vida das massas, salários, empregos e direitos trabalhistas, e tudo indica que, na sequência, tampouco deverão se colocar. Estas reivindicações estiveram presentes por meio da presença do POR.

Rondônia

Burocratas dividem o ato do dia 29 de maio

No dia 19/05, aconteceu a primeira manifestação de rua, convocada pelo DCE, professores representantes do ANDES da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), contra os cortes de verbas da Educação, e em defesa da Saúde e da Ciência e contra a política de Bolsonaro. Nessa primeira manifestação, estavam presentes os representantes da CUT, CTB, Sinprof, Sintero, o Levante, a UJC, e a Corrente Proletária/POR.

A maioria dos manifestantes era formada de professores e estudantes da universidade e do IFRO, e uma parcela mínima de trabalhadores de educação. O Sintero, maior sindicato do estado, dirigido pelos petistas, sequer convocou a manifestação. Na manifestação, a bandeira de “Fora Bolsonaro” foi empunhada pelos dirigentes sindicais e partidários, à exceção do POR. Os manifestantes percorreram as principais ruas comerciais do centro de Porto Velho. Ao final do ato, foi anunciada a manifestação do dia 29/05.

Infelizmente, a Frente Brasil Popular, PT, Sintero, CUT e CTB traíram essa organização anterior, e marcaram uma carreata para o mesmo dia, quebrando o movimento unitário. A concentração do ato de rua ocorreu às 9h, e a concentração da carreata era uma hora antes, em outro local. Diferentes convocações foram feitas para o dia 29 pelas redes sociais, o que enfraqueceu o movimento.

Com a divisão feita pelas burocracias, o POR interveio no ato de rua com fala e distribuição do manifesto. E esteve presente na concentração da carreata, para divulgar o Manifesto em defesa de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos pelos empregos, salários, direitos e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. E ressaltou a importância de constituir os comitês de luta.

Amazonas

UM PASSO NO ROMPIMENTO DA PASSIVIDADE

Ocorreram pequenos atos em três cidades do estado: Manaus, Parintins e Humaitá. Todos impulsionados pelo setor da Educação e, sobretudo, pelos militantes da Universidade Federal do Amazonas.

O ato de Manaus foi o maior, seguido de uma passeata. A bandeira central era a do “Fora Bolsonaro”. Em Parintins, a orientação política foi a mesma. Tratou-se de um ato da vanguarda. Em Humaitá, a atividade foi impulsionada pelos militantes da Corrente Proletária/POR. O ato, também foi pequeno. Mas, se distinguiu por não ter a bandeira eleitoral do “Fora Bolsonaro”, como central. As faixas e falas estiveram ligadas à necessidade de ampliar a luta nas ruas, em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação universal.

O importante foi que esses atos, embora pequenos, foram um primeiro passo para romper com a política das direções estudantis e dos trabalhadores da Educação, que se mantiveram por tanto tempo sob a política burguesa do isolamento social. Ressaltamos que a classe operária de Manaus não esteve presente nos atos. Certamente, a repercussão dos atos massivos nacionais servirá para impulsionar as novas manifestações.

Boletim Nossa Classe- junho

Política Operária

**Dia 19 de junho, nova manifestação em todo o país
A classe operária deve participar com suas reivindicações**

Depois da grande mobilização nacional do dia 29 de maio, ocorrerão novas manifestações, no dia 19 de junho.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos organizem a presença dos operários, com suas reivindicações. Que os sindicatos convoquem assembleias presenciais, para discutir e aprovar quais as reivindicações que unificam os trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe coloca a necessidade de enfrentar os seguintes ataques: 1) fechamento de fábricas; 2) demissões em massa; 3) redução salarial; 4) destruição de direitos trabalhistas. Esses quatro ataques, desfechados pelos capitalistas e governos, devem ser combatidos imediatamente. A Pandemia foi utilizada para esconder o violento crescimento do desemprego, subemprego, miséria e fome. As direções sindicais chegaram ao absurdo de realizar acordos de redução salarial, suspensão de contratos e quebra de direitos. Não foram capazes de organizar a luta contra o fechamento da Ford,

LG, Blue Tech, 3C e Sun Tech. Para agravar, o custo de vida foi às alturas. Assim, o desemprego, subemprego, trabalho sem carteira assinada, terceirização e maior dificuldade de alcançar a aposentadoria devem ser discutidos em assembleias de fábricas e assembleias gerais.

O Boletim Nossa Classe coloca que é preciso retomar as antigas reivindicações da classe operária: 1) defesa dos empregos, com redução da jornada, sem reduzir os salários, e estabilidade; 2) defesa dos salários, com reajuste de acordo com a inflação, aumento real e recuperação das perdas; 3) salário mínimo vital, que cubra as reais necessidades da família trabalhadora; 4) reconquistar os direitos trabalhistas, com o fim da terceirização, emprego com carteira assinada a todos, “trabalho igual, salário igual”, e fim da discriminação salarial e empregatícia das mulheres e negros.

O Boletim Nossa Classe convoca os trabalhadores e a juventude oprimida a comparecerem em massa nas manifestações do dia 19 de junho. Exige que os sin-



dicatos convoquem as assembleias e organizem a participação, defendendo um programa de reivindicações, que tenha por base a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

**Campanha salarial dos metalúrgicos
Convocar a assembleia geral**

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT) aprovou a campanha salarial, sob a bandeira “É +, + salário, + vacina, + emprego, + direitos, + unidade”. A intenção é boa. Falta demonstrar, na prática, como será a luta para conquistar a reposição das perdas, aumento real, volta dos empregos e dos direitos trabalhistas, bem como acelerar a vacinação a todos. É preciso também deixar claro como será alcançada a unidade dos metalúrgicos, sem a qual não é possível impor, ao patronato, as reivindicações.

A FEM-CUT dirige 14 sindicatos. Tem de ter uma só voz, diante das negociações com os grupos capitalistas. Segundo o presidente da FEM, o Luizão, o “propósito não é discutir a reposição integral da inflação e o aumento real”. Diz que quer “recuperar o poder de compra dos trabalhadores (...)”. Não está clara a reivindicação que unirá os metalúrgicos. A perda salarial com a alta do custo de vida tem de ser integralmente reposta. Mas não é suficiente. Os metalúrgicos têm de lutar por um aumento real. Tendo clara a reivindicação salarial, devem-se verificar as perdas de todo um período, que também precisam ser compensadas.

Quanto ao emprego, está genérico. A reivindicação operária

é de redução da jornada, sem reduzir os salários, e estabilidade no emprego. Assim, de um lado, se aumentam postos de trabalho, e de outro, o patrão não pode demitir sem justa-cause, avaliada e aprovada em assembleia.

Sobre os direitos, é preciso lutar para acabar com a terceirização, que tem servido para rebaixar os salários, e precarizar as relações trabalhistas.

Quanto à vacina, esse é um problema geral de toda a população trabalhadora. Os sindicatos unitariamente devem organizar a participação dos metalúrgicos na manifestação do dia 19 de junho.

A convocação da assembleia geral, pelos 14 sindicatos, é decisiva para a unidade. A direção da FEM e dos sindicatos tem de mostrar aos metalúrgicos que a luta vai ser dura, e que por isso é preciso preparar a greve, e organizar os comitês de campanha.

O Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos para que exijam dos sindicatos a convocação da assembleia geral presencial, que deve ser democrática, que garanta o direito de defesa de propostas pela oposição, e que sua decisão seja soberana. Assim, se garante a unidade e a vitória.

Mais um fechamento de fábrica

Em São José dos Campos, a empresa Movent comunicou a sua transferência. O que resultará em fechamento da fábrica. O sindicato metalúrgico convocou assembleia, que aprovou a greve, a partir de 3 de junho. É bem provável que acabará negociando indenizações, como foi feito no fechamento da LG, Blue Tech, 3C, Sun Tech. E, anteriormente, com o fechamento da Ford de Taubaté e Camaçari. O fato de as direções sindicais não organizarem um movimento contra o fechamento de fábricas facilita os

capitalistas, que querem reestruturar seus negócios à custa dos empregados.

O Boletim Nossa Classe defende a ocupação, controle operário da produção e estatização sem indenização, diante do fechamento de fábricas. Sem essa luta, o sindicato e o patronato chegam a um acordo de indenização, que logo acabará, e o trabalhador ficará desempregado. Mais do que isso, cada fechamento de fábricas é um golpe contra a força de trabalho do país.

Os sindicatos devem tomar em suas mãos a defesa do emprego à juventude



O desemprego dentre a juventude é mais de duas vezes superior à taxa geral de 14,7%. Passa de 30%. Uma massa de jovens sequer consegue fazer parte da força de trabalho. Nem trabalha, nem estuda. E a maioria dos que trabalham está na informalidade. O governo Bolsonaro pretende impor a “Carteira Verde Amarela”. Assim, muitos jovens vão ser recrutados por um salário inferior ao salário mínimo, e sem nenhum direito trabalhista. A utilização do trabalho temporário pelos capitalistas serve para reduzir os salários em geral. A

juventude operária não tem para onde correr: ou permanece mergulhada no desemprego, ou serve de mão de obra escrava.

O Boletim Nossa Classe luta para que os sindicatos defendam a força de trabalho da juventude, unindo empregados, desempregados, subempregados, em um só movimento pela redução da jornada, sem reduzir os salários. Cabe à classe operária defender, em seu programa, que os jovens tenham uma jornada reduzida, para que possam cumprir uma jornada de estudo. Uma parte de seu tempo é dedicada ao trabalho, e outra parte aos estudos.

Não cair na conversa da “indústria 4.0”

Em maio, o diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC assumiu a presidência da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. Em seu discurso de posse, falou da “nova revolução industrial e tecnológica”, e da necessidade de se adequar a essa nova realidade. Entende que isso abre oportunidades de criar “trabalho e renda”.

Na verdade, a automação industrial, nas mãos dos capitalistas, resulta em diminuição da força de trabalho, destruição de empregos, e aumento da exploração. A experiência tem demonstrado que, quanto maior a automação, mais as direções sindicais se curvam diante da imposição do PDV, lay-off, banco de horas, e férias coletivas. Essa flexibilização capitalista do trabalho destrói antigos direitos, e desvaloriza a força de trabalho.

Os trabalhadores conscientes devem rejeitar a farsa de que, com a “indústria 4.0”, é possível melhorar o trabalho e a renda. Ao contrário, aumentará o número de fechamento de fábricas, e elevará a taxa de desemprego. A juventude será ainda mais atingida.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos comecem imediatamente a explicar e lutar pela implantação da escala móvel das horas de trabalho. Com a automação, está colocada a redução da jornada de trabalho de acordo com a necessidade de empregar toda a força de trabalho do país. A escala móvel das horas de trabalho consiste em dividir as horas nacionais entre todos aptos ao trabalho

Piora a situação dos trabalhadores dos Correios



Eram 19 horas, e o carteiro ainda fazia entregas. Explicou que, devido à redução de pessoal, os que ficaram se achavam sobrecarregados. Lembremos que os trabalhadores dos Correios, apesar da contaminação e morte, não puderam fazer o isolamento social. Ainda mais. Bolsonaro avança a privatização dos Correios. O que agravará ainda mais as condições de trabalho.

Foi importante a greve dos Correios, mas padeceu das pressões dos trabalhadores terceirizados. O governo utilizou da terceirização para dividir os ecetistas. Além disso, a greve ficou isolada. As centrais e sindicatos não fizeram uma campanha contra a privatização dos Correios, Eletrobrás e Petrobrás.

O Boletim Nossa Classe trabalha para reerguer as forças dos ecetistas contra a terceirização, privatização e precarização das condições de trabalho.

Pernambuco

Boletim Nossa Classe de junho**Rodoviários: As demissões continuam, responder com luta
DEFENDER OS EMPREGOS É DEFENDER A VIDA!**

No último dia 23/05, foi encerrado o acordo de estabilidade, firmado em dezembro do ano passado, entre o sindicato e empresas de ônibus, que suspendeu a greve, diante do acordo de suspensão de demissões por 6 meses. O relato da categoria é de que de nada serviu este acordo. Com conhecimento e conivência do governo estadual (PSB-PCdoB), as demissões seguiram e seguem.

A vacinação dos rodoviários inicia tardiamente, enquanto o número de mortes por Covid-19 só aumenta. A categoria, em nenhum momento, parou de trabalhar e, quando tentou se defender, o Judiciário impôs proibições e multas para as

assembleias e greves. A direção não organizou a luta com os métodos próprios da classe em defesa dos empregos, vacina, e direito de greve e manifestação.

Enquanto a categoria amarga o desemprego e a superexploração, dirigindo e cobrando, a direção do PSOL disputa, com a divisionista ABIRPE, quem dá mais “benefícios”, com serviços como cabelereiro, lazer e atendimento em clínicas particulares. Esse tipo de ação descaracteriza o sindicato enquanto instrumento de luta, não constrói a unidade dos trabalhadores, e esconde que os motivos para a categoria aceitar esses “benefícios” é porque o salário não é suficiente.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) Que as bases pressionem o sindicato a convocar uma assembleia geral da categoria, onde se discuta a retomada da luta para valer e construção da unidade rodoviária contra as demissões, em defesa dos empregos e dos salários; 2) Readmissão de todos os demitidos; 3) Reivindicar a liberdade de greve, organização e manifestação por meio da ação direta. Não cultivar nenhuma ilusão no judiciário burguês, que a cada dia demonstra seu caráter de classe, quando proíbe os rodoviários de realizarem uma assembleia no local de trabalho.

Ceará

Boletim Poder Estudantil

Boletim Poder Estudantil, da regional do Ceará, de junho, abriu denunciando o governador petista, que aproveitou a Pandemia para implantar o ensino a distância e, provavelmente, utilizou o dinheiro da merenda para outros fins. Eis:

**Camilo implanta Ensino a Distância (EAD),
e some com o dinheiro da merenda**

“É preciso questionar sobre o que foi feito do dinheiro que deveria ser usado nas escolas para a merenda. As despesas com energia, água, papel, material didático, que a escola necessita para funcionar, foram insignificantes nesse período. É verdade que a SEDUC disponibilizou chips para os estudantes, em geral, e alguns tablets para o 1º ano, mas estas despesas não se comparam com o gasto corrente da escola, quando ela tem aulas presenciais. Entre essas despesas que deixaram de existir, está a da merenda, que o governo finge desconhecer. Com a Pandemia, a fome aumentou, e os estudantes têm sofrido mais com o desemprego. Em todo o Brasil, a miséria avançou, e mais pessoas passam necessidades. Já foi constatado que muitas famílias de estudantes não têm o que comer no dia-a-dia. O pouco dinheiro que entra, ou vai para comida, ou vai para pagamento de água, aluguel, etc. Sobre essa situação dos estudantes e suas famílias, o governo Camilo Santana e a SEDUC nada têm dito. O governo acha que fez muito com as poucas cestas-básicas, entregues no começo do ano para os alunos, e com a merreca de ajuda de custo, dividida em duas parcelas de R\$ 80,00, em 2020. Camilo não está só nesse descaso. Bolsonaro, na aprovação do Orçamento da União de 2021 em abril, vetou R\$ 2,2 bilhões da educação, e congelou outros R\$ 2,7 bilhões, dinheiro que fará muita falta na merenda escolar. É

preciso que nos organizemos e lutemos por nossos direitos. Faz-se necessário que os estudantes das escolas se reúnam, e convoquem um encontro para discutir todos esses problemas, a fim de organizar a luta pelas reivindicações da juventude pobre”.

O Boletim mostra, também, a situação trágica dos jovens, que padecem com o desemprego. Faz uma exposição do que foi o ato do dia 29 de maio, que esteve sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”. Chama para as manifestações de rua, que ocorrerão no dia 19 de junho. Conclui que a situação da juventude é terrível com o desemprego, salários miseráveis e Ead nas escolas.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

São Paulo**O boletim da Corrente Proletária dos Municipais faz um balanço da “greve sanitária”. Traz o chamado: “greve sanitária” é encerrada, mas é preciso continuar na luta.**

Destacamos alguns pontos:

- 1) A tática da “greve sanitária” foi uma invenção das burocracias sindicais, que nasceu morta. A experiência demonstrou que não chegou a se constituir numa verdadeira greve, sendo mais correto dizer que se tratou de um movimento de boicote individual e passivo ao ensino presencial. O problema reside em que o boicote, apesar de legítimo, não foi capaz de reunir a força social necessária para derrotar o governo. Em outras palavras, com os trabalhadores isolados em suas casas, não foi possível impor as reivindicações ao prefeito. A situação só não foi pior, devido ao fato de as famílias, temerosas diante do vírus, não enviarem seus filhos às escolas, frustrando as diversas tentativas do governo de impor o retorno presencial;
- 2) Sem que o movimento constituísse em uma força social para se impor sobre o governo, este se viu de mãos livres para ameaçar e punir os lutadores. Fez uso do corte de ponto, levando uma parcela, atingida pelos descontos, a retornar ao trabalho. Os descontos não provocaram uma reação de luta. Ao contrário, essa parcela não se somou à vanguarda, que promovia os atos presenciais;
- 3) O Sinpeem, sindicato que reúne a maior quantidade de trabalhadores da educação municipal, apesar de discursar em favor da “greve sanitária”, recusou-se a convocar as assembleias presenciais e os atos de rua. Manteve o sindicato com as portas fechadas. As decisões foram impostas pela direção, por meios virtuais. A aceitação da proposta do governo e a suspensão da greve foram por assembleia virtual;
- 4) A maioria das correntes de Oposição à burocracia do Sinpeem rejeitou as assembleias presenciais, fez apologia da falácia da “greve sanitária”, e recusou convocar plenárias presenciais para discutir os rumos do movimento. Diante dos atos presenciais, não havia empenho em convocar os trabalhadores da Educação. A maioria comparecia na forma de representação. Os comandos de mobilização (presenciais) de visita às escolas foram poucos, e extremamente diminutos;
- 5) O resultado dessa suposta greve de 120 dias foi um acordo entre a burocracia do sindicato e a Secretaria Municipal da Educação. O governo impôs o pagamento fracionado dos dias parados (o que incide sobre a questão do direito de greve) e algumas promessas, principalmente sobre o calendário e a forma das reposições. Posteriormente, anunciou a vacinação para todos os educadores maiores de 18 anos. Como não poderia deixar de ser, os burocratas saíram cantando vitória;
- 6) A Corrente Proletária na Educação/POR participou ativamente deste movimento, defendendo a necessidade de mudar os seus métodos e bandeiras, para que pudesse ser vitorioso. Defendeu insistentemente que a direção convocasse as assembleias presenciais, para que fosse organizada a resistência coletiva das massas, com o método da ação direta nas ruas. A suspensão do movimento se deu no momento em que o fracasso era generalizado. É preciso que haja um balanço dessa experiência negativa. Cabe aos setores de Oposição convocar uma plenária, para discutir o fracasso da “greve sanitária”, extraindo suas lições. A tendência é de agravamento das condições de trabalho e de escassez de recursos à educação, daí é mais que urgente a reorganização do movimento dos trabalhadores da Educação.

Boletim da Corrente Proletária na Educação da rede estadual

O Boletim de junho faz um balanço dos projetos de Doria de ataque à Educação Pública, aos professores e aos alunos. Denuncia a política da passividade e da submissão à diretriz burguesa do isolamento social, conduzida pela direção da Apeoesp e pelas entidades estudantis. Destaca o Programa de Escolas de Tempo Integral (PEIs), a Educação de Jovens e Adultos na modalidade “técnica” (EJATEC), e a introdução das Escolas Cívico-Militares bolsonaristas. Em uma de suas passagens, diz: “O PSDB está no comando do estado de São Paulo, desde 1994. Quando João Doria assumiu o mandato, em 2019, trouxe o ex-ministro da Educação de Temer, Rossieli Soares, encarregado de dar celeridade, em nível nacional, à reforma do ensino médio. Nesses dois anos e meio de mandato, Doria deu continuidade às reformas educacionais, e aderiu ao plano de Bolsonaro, de criação das Escolas Cívico-Militares. Tem a seu favor as medidas aprovadas no Congresso Nacional, como a PEC de corte de gastos. Como as reformas, de conjunto, são de redução da responsabilidade do Estado para com o financiamento à Educação, e de ampliação das par-

cerias público-privadas, Doria não faz senão intensificar projetos, que visam à diminuição da rede escolar, demissão de professores, eliminação de conquistas do magistério, crescimento do ensino a distância, e de maior controle autoritário sobre o que se ensina. Aproveitou a Pandemia e a passividade das direções sindicais e estudantis, que impuseram a política burguesa do “fique em casa”, para dar um salto nesses projetos, boa parte, rejeitados pela greve de 2015, e pelo movimento de ocupação de escolas, 2015-2016”.

O boletim enfatiza que a Corrente Proletária/POR vem combatendo a passividade das direções sindicais, e exigindo a convocação de assembleias presenciais, única forma de responder, com luta coletiva, a arremetida de Doria sobre a educação pública. Por isso, se recusa a fazer parte da farsa das assembleias virtuais. Faz campanha pela organização da luta para derrotar, de conjunto, os projetos e programas governamentais. Isso, por que fazem parte da mesma política, que tem como centro o corte de recursos à educação, e o avanço da privatização.

Assinala que o PEI é um ataque à juventude trabalhadora, que são impedidos de permanecer em suas escolas em função do fechamento do período noturno. Para os professores, que completam a jornada de trabalho em outras redes (municipal ou privada), a escola de tempo integral se torna também impeditiva sua permanência. No caso da EJATEC, é mais uma forma para introduzir o ensino a distância, na parte considerada de formação “profissional”. Não bastando esses ataques, Doria abriu o estado para que Bolsonaro iniciasse a implantação das escolas militares, autoritárias, sob o comando de agentes policiais.

O Boletim faz a defesa das reivindicações que unificam os professores, pais e estudantes. Entre elas, a rejeição da política educacional de conjunto dos governantes, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores. E a luta pela redução do número de alunos por sala (não mais que 25 alunos), abertura das escolas e turnos fechados, fim do Ensino a distância (EaD), reajuste sala-

rial imediato aos trabalhadores da educação, fim da terceirização nas escolas, efetivação de todos os professores contratados e dos terceirizados.

E conclui, dizendo: “Como vimos, não é possível separar e fragmentar o plano de Doria. Não dá para combater os PEIs, sem combater os demais programas antidemocráticos e discriminatórios do governo. Correr de escola em escola, individualmente, para impedir a sua implantação, não tem a força necessária para derrotá-lo. É evidente que a luta contra os PEIs, agora, tem sido a mais visível, pela enorme lista de escolas, que serão enquadradas nessa modalidade, mas é preciso tomá-la como parte do programa do PSDB para a Educação, que tem de ser posto abaixo. Nesse sentido, só há um caminho seguro: exigir que as direções sindicais e estudantis rompam com a passividade, e convoquem os trabalhadores da educação, pais e estudantes, para ganharem as ruas contra a ofensiva privatizante e antidemocrática dos governantes.

São Paulo

Boletim Juventude em Luta

O Boletim da Corrente Proletária Secundarista, de junho, traz como chamado central: “Somente a luta organizada pode defender a vida dos explorados”. Diz que um ano e três meses de Pandemia mais do que provou que a passividade da classe operária e dos demais oprimidos é o seu pior inimigo. As centrais, sindicatos e movimentos, ao abrirem mão da luta organizada, e se refugiarem no mundo virtual, deixaram a maioria explorada indefesa. Diante do vírus mortal, os trabalhadores não tinham a quem recorrer, ficando à mercê das disputas políticas entre Bolsonaro e Doria, e obrigados a confiar na eficácia do isolamento social, e a esperar a vacinação. Os estudantes também assistiram às suas direções não mobilizarem para a luta, isso quando não as viu colaborar diretamente com a ofensiva dos governos sobre a educação. O resultado disso foi a Pandemia descontrolada, o avanço do desemprego, da miséria e da fome, além do avanço contra os direitos e a educação.

O Boletim mostra que o dia 29 de maio foi um primeiro passo para romper com a passividade. Mas que esteve sob a bandeira eleitoral do “Fora Bolsonaro”. E que nas manifestações de 19 de junho, a juventude deve levantar as bandeiras de defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, educação pública e gratuita em todos os níveis, e fim do ensino a distância. Faz a defesa de que as centrais, sindicatos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e poderosas manifestações de rua.

O Boletim coloca que Doria aproveitou a Pandemia para ampliar as Escolas de Tempo Integral, que fecham os cursos noturnos e eliminam os estudantes-trabalhadores. E prosseguir com a reforma do ensino médio, eliminando disciplinas e impondo o ensino a distância. Critica as direções estudantis burocráticas, que mantêm os estudantes na passividade, e se recusam a travar um combate aos projetos privatistas da Educação. Conclui com as propostas: 1) exigir que as direções estudantis saiam da passividade (do “fique em casa”), para organizar a luta contra esses projetos de Doria; 2) exigir que os diretores de escolas convoquem as reuniões presenciais, para que os estudantes possam decidir o destino de sua escola; 3) ativar os grêmios estudantis, para que seus membros não sejam cooptados pelos diretores de escolas na implantação dos PEIs, Novotec, EJATEC, etc.

Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil

O boletim traz, em seu editorial, um chamado à juventude, para que se organize, a partir das assembleias presenciais, para participar ativamente das manifestações. Faz a defesa de que o dia seja de paralisações e bloqueios de rua, de luta pelas reivindicações das massas, em oposição ao eleitoralismo e seguidismo das direções às disputas burguesas, sintetizado na bandeira do “Fora Bolsonaro”. Aponta a necessidade de combate à implantação do ensino a distância e à repressão policial. Faz também a defesa do internacionalismo proletário, no que diz respeito à mobilização na Colômbia e à defesa dos palestinos contra os ataques sionistas.

Boletim da Corrente Proletária Estudantil/USP

O boletim denuncia e defende a luta contra a ação da polícia militar no campus, em particular na moradia estudantil. Mostra que não será por meio virtual que se combaterá a presença da PM no campus, e sim por meio da mobilização. O que depende da organização das assembleias presenciais. É preciso retomar a luta de 2011, pelo “Fora a PM da USP”, e não enveredar por qualquer atalho de conciliação com a burocracia universitária autoritária, do tipo “política de segurança”, ou coisa parecida.

Mostra que não há possibilidade de ter uma PM educada ou controlada na sua função repressiva no interior da universidade. Que, enquanto existir a reitoria, que expressa a ditadura de classe burguesa no interior da universidade, qualquer segurança será repressiva ao movimento. Somente com a luta pelo governo tripartite, eleito diretamente, pelo voto universal, com revogabilidade de mandato e subordinado à assembleia geral universitária (dos 3 setores), será possível acabar com a segurança repressiva sobre os que estudam e trabalham.

Avança a privatização da Eletrobrás

O governo Bolsonaro impõe ao Congresso Nacional a MP 1031, de venda da Eletrobrás. A Câmara de Deputados já aprovou no mês de maio e até 22 de junho, o Senado fará o mesmo. A estatal de energia elétrica, criada há 59 anos, assim, será entregue ao capital privado.

mortes. Uma teatralização de uma peça que nasceu morta. Enquanto isso, governo segue em frente com sua política entreguista.

O dirigente do sindicato de trabalhadores da Eletrobrás anunciou que está “preparando” uma greve de 72 horas, caso

nacional. Isso porque mantém o corporativismo, fragmentando a luta contra as privatizações. De nada valem os lamentos e as denúncias contra os efeitos negativos da privatização para os trabalhadores e a população em geral se não se transformam em luta coletiva, em ação direta.

O Boletim Nossa Classe, instrumento de intervenção do POR junto à classe operária e aos demais explorados, vem lutando para que a classe operária organizada se coloque à frente do combate aos planos privatistas do governo. Denuncia a conduta servil da burocracia sindical ao submeter as reivindicações dos trabalhadores ao Congresso Nacional, caixa de ressonância da burguesia e do governo. E tem insistido na necessidade de se travar um combate à política da burocracia sindical, responsável pelo imobilismo da classe operária.

De nada valem os lamentos e as denúncias contra os efeitos negativos da privatização para os trabalhadores e a população em geral se não se transformam em luta coletiva, em ação direta.

Enquanto, os meios de comunicação jogam os holofotes para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da pandemia), Bolsonaro/Guedes avançam com o plano de privatizações, agora com a Eletrobrás, Correios e o que restou da Petrobrás. Dia e noite, são reproduzidos depoimentos de ministros e secretários da saúde, assessores, representantes das farmacêuticas, etc. visando juntar “provas” sobre a responsabilidade de Bolsonaro pela tragédia das

a MP 1031 seja colocada em votação. Certamente, não será uma verdadeira greve para derrubar o plano de privatização, que pressupõe uma ação conjunta das centrais, sindicatos e movimentos, com manifestações massivas de rua, paralisações da produção e bloqueios. Ao contrário, será de “pressão” aos senadores, porque os deputados já avalizaram a MP. Essa política da burocracia sindical só tem trazido derrotas aos trabalhadores e à economia

São Paulo

Greve dos garis

Dia 8 de maio, os garis cruzaram os braços e se concentraram em frente à prefeitura de São Paulo. A greve de 24 horas teve como reivindicação central a imediata vacinação contra o Covid-19. A direção do sindicato (Siemaco), diante do número de contágios e mortes de garis, foi obrigada a convocar a greve-protesto, que teve como bandeira “Sem vacina, sem coleta”. Na cidade de São Paulo, são 17.200 garis, que trabalham 44 horas por semana, ganham salários de fome e, com a pandemia, 2 mil foram contaminados e 50 perderam a vida.

O prefeito, Ricardo Nunes/MDB, criticou que a greve foi anunciada em cima da hora, que não obedeceu às 72 horas, exigidas por lei. E ainda se mostrou indignado, dizendo “Imagine se toda categoria fizer greve por vacina”. Na realidade, um dia antes da paralisação, a direção do sindicato tentou um acordo com a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Patrícia Ellen, mas a porta-voz do governo Doria não aceitou a reivindicação dos garis.

Como a greve era por tempo determinado, o prefeito e governador não atenderam a exigência de vacinação imediata.

São José dos Campos -SP Agora é a vez do fechamento da Elgin e Movent

Os capitalistas aproveitam a pandemia e a passividade das direções sindicais para “ajustar” seus negócios. Fecham fábricas, transferem de cidades e concentram a produção em outros locais. Foi assim com a Yoki, Ford, LG, Blue Tech, 3C, Sun Tech, Movent e tantas outras empresas. As consequências são penosas para a classe operária, de conjunto. As demissões massivas, desemprego e subemprego crescem assustadoramente sem que haja uma resposta coletiva dos trabalhadores.

Prevalece a política das direções sindicais de tratar o fechamento de fábricas como casos isolados. Foi assim com a Ford, LG, etc. Fazem greve por empresa (que está sendo atingida), recorrem ao Tribunal Regional do Trabalho ou ao Ministério Público, e por fim realizam os acordos de indenização. Trocam os empregos por uma indenização, que acaba em pouco tempo.

Agora, diante do fechamento da Elgin em São José dos Campos e a transferência da produção para Mogi das Cruzes, a direção do sindicato (CSP-Conlutas) ameaçou com uma greve, exigiu a abertura da negociação e pediu uma reunião com o prefeito. Como se vê, a mesma política derrotista, que termina com a indenização. Basta lembrar o caso recente da Movent, também sob o comando dessa direção. Iniciou com a greve e concluiu em poucos dias com o acordo de adiamento da transferência da empresa para o final do ano. Em palavras, o presidente do sindicato diz que “não vamos aceitar que empresas fechem postos de trabalho, especialmente em plena pandemia”, mas na prática o que prevalece são os acordos de indenização.

Trata-se de uma política nefasta à classe operária, porque a desarma, anula sua força social coletiva e a submete aos acordos pró-patronais. É preciso recuperar os sindicatos como instrumentos da ação direta dos explorados. O que significa constituir as frações classistas nos locais de trabalho.

Fortaleza

Direção do Sintro recua da greve dos motoristas

A greve dos trabalhadores rodoviários em Fortaleza foi suspensa após 2 dias de duração. A decisão foi aprovada em assembleias esvaziadas da categoria. Os trabalhadores rodoviários reivindicam: 11% de reposição referente aos anos 2020/2021, reajuste do vale refeição para R\$ 18,54, da cesta-básica de R\$ 180,00; vacinação etc.

O Sindicato patronal ofereceu apenas a migalha de 2,46% de reajuste, que passa longe de cobrir a inflação do período, e R\$ 5,00 de aumento na cesta-básica. Os capitalistas do transporte alegam atravessar uma situação financeira difícil por conta da pandemia (redução da frota, diminuição no número de passageiros e queda nos lucros). Não diz que receberam de ajuda financeira dos governos municipal e estadual não menos que R\$ 48 milhões, além da promessa de R\$ 30 milhões até o final do ano, para que a tarifa não sofra reajuste. Os rodoviários, com toda razão, se indignam com socorro prestado pelos governos aos patrões, durante a crise, enquanto eles estão entregues à própria sorte: sem vacina, sem reajuste, ameaçados de demissão e de perda de direitos.

O chamado à greve, depois do impasse nas negociações, empolgou grande parte da categoria que desejava bloquear os terminais de ônibus da cidade e fazer uma forte paralisação. De fato, houve paralisação em alguns terminais, conflitos com a polícia e detenção de alguns motoristas. Sob as ordens da Secretaria de Segurança Pública, de Camilo Santana/PT, a repressão e a intimidação da PM foram maiores do que em qualquer período anterior. (Prova disso, foi o deslocamento de viaturas, motos e helicópteros para cercar a sede do sindicato no 1º dia da greve. No 2º dia, já havia decisão liminar do desembargador Paulo Regis Machado do TRT, estabelecendo circulação de no mínimo 70% da frota, sob pena de multa diária de R\$ 30 mil ao sindicato. Como se vê, o direito democrático de greve foi esmagado pela ofensiva conjugada dos patrões, da justiça e do governo petista de Camilo.

Diante de todos esses obstáculos, nada imprevisíveis, e tendo uma categoria já enfraquecida desde 2019, quando houve a extinção da função de cobrador (derrota sem luta, que reduziu pela metade o número de trabalhadores rodoviários), a direção do SINTRO (PSOL/Resistência) não lançou qualquer chamado ao conjunto dos movimentos sociais, sindicatos, centrais e partidos para uma ação unificada contra o fogo cerrado dos inimigos de classe (patrões/governos). O que explica este fato, aparentemente ilógico, é que a direção do sindicato almejava,

tal como em outras ocasiões, uma paralisação apenas simbólica para levar as reivindicações da categoria para o dissídio coletivo, na justiça do trabalho. A assembleia que deliberou pela suspensão da greve refletiu em parte a decepção da categoria com o fato de ser chamada à greve e, no momento de se lançar à luta, encontrar a direção sindical fazendo 'corpo mole'. Decepção que vai se acumulando e corroendo a confiança na direção sindical para as futuras lutas.

O POR esteve presente nas assembleias onde pode distribuir seu manifesto de apoio à greve, defendendo o atendimento imediato das reivindicações e a exigência de que as centrais, sindicatos e movimentos viessem em ajuda dos rodoviários para quebrar o isolamento da greve.

A suspensão da greve foi apresentada pela direção como uma necessidade de responder ao apelo do desembargador Paulo Regis por uma 'trégua' entre as partes e pelo fato de já estarem em negociação de dissídio coletivo, marcada para o dia 15/06. O presidente do Sintro, Domingos Neto, prometeu uma greve mais forte, caso não se avance nas negociações. Desgraçadamente, trata-se de palavras para fazer adormecer a categoria, já parcialmente decepcionada com os dois dias de greve truncada. Tudo indica que não haverá retorno à greve, não apenas porque a direção se agarrará a qualquer migalha oferecida (cantando vitória sobre o que foi possível de ser conquistado no momento), como a própria categoria já não reagirá com o mesmo entusiasmo do início, tampouco de forma unificada, mas dividida e desorientada.

O POR esteve presente nas assembleias onde pode distribuir seu manifesto de apoio à greve, defendendo o atendimento imediato das reivindicações e a exigência de que as centrais, sindicatos e movimentos viessem em ajuda dos rodoviários para quebrar o isolamento da greve. O enfraquecimento dos rodoviários nas últimas lutas expressa, à sua maneira, o problema da crise de direção revolucionária. Sem a constituição de uma direção classista e combativa, a categoria caminhará de recuo em recuo. Que a experiência das últimas lutas e seu balanço rigoroso sirvam de ponto de partida para constituição de uma vanguarda aguerrida, que se coloque no campo da luta de classes.



Rondônia

Depois de intenso cerco policial, camponeses desocupam a fazenda

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec) informou que no dia 25 de maio um grupo de aproximadamente 100 famílias de camponesas, que eles chamam de “invasores” da fazenda Nossa Senhora Aparecida no município de Chupinguaia-RO, decidiu desocupar a área de forma voluntária. Falso!

O fato é que essas famílias, organizadas pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) estavam sob um intenso cerco policial, comandado pelo governador bolsonarista, Marcos Rocha, que pediu reforço da Força Nacional de Segurança. Latifundiários, governos e aparato militar encurralaram os camponeses, que se encontravam isolados.

A fazenda Nossa Senhora Aparecida, que foi palco de uma das maiores chacinas contra os camponeses no ano de 1995, conhecido como o Massacre de Corumbiara, tinha sido ocupada há cerca de dez meses por centenas de camponeses. A justiça, a mando do latifundiário, expediu a ordem de reintegração de posse. A

partir daí, os camponeses foram cercados pelo aparato policial, que aguardava o dia do desfecho. Desarmados e isolados, os camponeses foram obrigados a deixar o local.

Mais uma vez, as centrais, sindicatos e movimentos populares não organizaram a resistência coletiva. Discursos contra a reintegração de posse, lamentos por se tratar de uma ação em plena pandemia e denúncias da política do governo Bolsonaro e de seu porta-voz, Marcos Rocha, não faltaram. Foram palavras ao vento.

Esse é mais um exemplo de como essas direções sindicais e populares já não guardam vínculos com os camponeses pobres e com o conjunto dos trabalhadores. Essa é mais uma experiência que mostra a necessidade imperiosa da organização da autodefesa no campo e do apoio efetivo dos sindicatos e organizações populares. Os conflitos no campo tendem a se agravar, e a resposta tem de ser a luta unitária de operários e camponeses. Daí a importância de direções verdadeiramente classistas, revolucionárias.

Pandemia escancarou a violência latifundiária no campo

No dia 31 de maio, foi divulgado o relatório anual “Conflitos no Campo”, referente ao ano de 2020, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O ano de 2020, marcado profundamente pela pandemia e crise econômica, escancarou as portas da barbárie no campo brasileiro.

A política burguesa do isolamento social, incapaz de proteger a vida das massas, permitiu um aprofundamento das violências no campo. O ano de 2020 é registrado como o recordista em número de conflitos no campo desde o início do levantamento. Em relação a 2019, houve um crescimento de 25%, passando de 1.833 para 2.054 conflitos, em que 914.144 mil pessoas estiveram envolvidas (171.625 famílias).

Os indígenas somam nessas estatísticas como o grupo social brasileiro mais afetado. Cerca de 42% dos conflitos de terra foram sofridos pelos indígenas de todo Brasil; 17% dos conflitos correspondem a violações contra quilombolas, e 15% contra posseiros de terra. Comprova-se a incapacidade do Estado burguês em garantir terra e condições de vida para esses povos.

As tendências de intensificação dos conflitos continuam abertas no Brasil, seja pelo garimpo, seja pelas mineradoras, que encontram no país condições políticas para seu avanço. Houve uma queda de 30% nos conflitos por água em relação a 2019. O relatório da CPT indica que, em 2019, eventos de grande magnitude como o derramamento de óleo no litoral brasileiro, em especial o do Nordeste, e o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, haviam impulsionado no ano anterior.

A Amazônia continua sendo a região do país com maior concentração de conflitos no campo, o número corresponde a 62% de todas as estatísticas, juntamente com 60% de todas as famílias envolvidas em conflitos no Brasil. Em 2020, 18 assassinatos tiveram relação direta com conflitos no campo. Nesse número está presente a chacina de 4 pessoas envolvidas com garimpo no norte do Mato Grosso, sendo 3 da mesma família. Outra chacina com três execuções de garimpeiros ocorreu também envolvendo uma única família.

A situação do garimpo no Brasil tem sido um barril de pólvora. As pri-

meiras explosões se encontram nessas chacinas, que não são pontuais dentro da conjuntura de conflitos no campo brasileiro. Populações miseráveis inteiras têm sido atraídas pelo garimpo como uma forma sobrevivência, sendo motivadas pelas forças econômicas da burguesia. Conflitos de terra com dimensões muito maiores se gestam pouco a pouco, como é o caso das diversas violências cometidas por garimpeiros contra tribos Yanomami na região amazônica.

2021 arrastou consigo as inúmeras contradições violentas dos conflitos no campo brasileiro. Não será surpresa que próximo ano torne a se repetir as mesmas frases de aumentos nas estatísticas de todos esses conflitos. O POR combate a barbárie no campo, por meio dos instrumentos de luta dos explorados, levantando a bandeira da aliança operária camponesa. Rechaça a impunidade aos crimes dos latifundiários contra as massas camponesas e indígenas. Defende a constituição do tribunal popular, organismo dos explorados, capaz de julgar e punir os crimes da burguesia.

Protesto em São Paulo contra o assassinato

Aconteceu no dia 11 de junho a manifestação na Av. Paulista, São Paulo, chamada pela Coalizão Negra por Direitos. No chamado, a organização pediu que as pessoas levassem cartazes e velas, dando à atividade um caráter de luto pelo assassinato de Kethlen, no Rio e Gibinha, na Zona Sul de São Paulo.

As falas foram, em sua maioria, das organizações do Coalizão, como MNU, por exemplo, que teve um tempo farto para expor sua política. Também fizeram uso da palavra a UBES, UEE, além dos partidos, PSOL, PCR e POR. Centraram-se na

denúncia da violência policial e em dados da opressão racial. Alguns convocaram para o ato do dia 19 e gritaram "Fora Bolsonaro". O POR interveio no ato com suas bandeiras e manifesto. E com a fala no microfone.

O militante porista centrou sua intervenção no conteúdo do manifesto. Defendeu que as bandeiras pacifistas e reformistas de reforma da polícia deveriam ser rechaçadas, além do desvio das massas para a institucionalidade burguesa. E enfatizou que o caminho por onde vai passar a revolta das massas exploradas, de maioria



negra, seria na luta pelo salário, emprego, contra a carestia de vida etc., além da unificação das bandeiras do movimento negro de fim da matança dos pretos e pretas.

Assassinato de uma jovem negra grávida, expressão da barbárie capitalista

A jovem negra Kathlen Romeu, de 24 anos, foi baleada, durante um tiroteio na favela do Lins, zona norte do Rio, no dia 8 de junho. A polícia diz ter sido alvejada antes, por narcotraficantes, e revidou. Kathlen estava grávida de 14 semanas, era vendedora em uma loja na zona sul, e tinha saído da comunidade há pouco tempo, com medo da violência.

Em resposta, moradores fecharam a estrada Grajaú-Jacarepaguá, em protesto. Fecharam a via, com caçambas de lixo, pedras e pneus. Carregavam cartazes, pedindo a paz no Lins. Outras manifestações foram convocadas pelo movimento negro, no Rio e em outras cidades, como São Paulo.

Nem esfriou a revolta da população contra a execução de jovens pela polícia, no Jacarezinho, há um mês, outra morte preta e pobre estampa as capas dos jornais. O fracassado argumento de "guerra às drogas" é sempre retomado, mas se desfaz no ar, quando a polícia sai dessa ação com um carregador de fuzil e um punhado de maconha, deixando para trás mais uma família destruída. Chama a atenção o fato de, no Jacarezinho, a polícia ter justificado a ação pela "proteção às crianças" que estavam sendo aliciadas, e agora, no Lins, uma criança deixou de nascer por conta da ação policial.

Kathlen é mais uma das 15 mulheres grávidas, entre as 715 mulheres baleadas "acidentalmente" em operações militares, desde 2017, no Rio de Janeiro, que também inclui diversas crianças atingidas, algumas delas vítimas fatais, como Ágatha Félix, de 8 anos. Outro caso recente, que marca a letalidade policial contra os pobres e miseráveis, foi o do adolescente João Pedro, morto pelos agentes de segurança do Estado, durante uma operação policial em São Gonçalo, em abril de 2020. João Pedro foi morto dentro de casa.

A ONU, afirma que, a cada 23 minutos, um jovem negro é morto no Brasil. Dados da segurança pública apontam que 78% das mortes por violência policial, em 2018, corresponde a jovens negros. Esses números são amplamente conhecidos, mas é preciso dar uma resposta para a barbárie instalada na vida dos pobres e oprimidos.

No Brasil, bem como no restante da América Latina, com o avanço da crise e decomposição capitalista, agiganta-se o Estado policial. Crescem os investimentos na indústria bélica, e reforça-se o aparato repressivo do Estado, incluindo aí meios técnicos de controle e vigilância. É evidente a preocupação burguesa com levantes massivos dos explorados por suas necessidades e contra a

repressão. Os casos do Chile, em 2019, EUA, em 2020, e Colômbia, em 2021, são apenas alguns exemplos da força coletiva das massas, por um lado, e do temor e violência repressiva do Estado burguês, por outro.

As raízes da violência policial não podem mais ficar ocultas sob a indignação de cada caso particular, é preciso expor seus vínculos com o capitalismo, para levantar um movimento de resistência coerente e poderoso, para além das palavras reformistas ou pacifistas de "reforma da polícia", "desmilitarização", "controle social das polícias", etc. As polícias funcionam como braço armado da burguesia e dos governos, e as raízes de sua violência, bem como do preconceito social e racial, se encontram na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho assalariado, na manutenção do imenso exército de desempregados e subempregados, e na miséria que é imposta aos moradores das favelas e das quebradas, ou seja, se encontram na divisão da sociedade em classes. Isso expõe a necessidade de unificar a luta contra a matança dos pretos e pretas, com a luta pelas necessidades mais sentidas dos trabalhadores, empregados e desempregados, contra a fome e a miséria. É por esse caminho que será possível canalizar a revolta das massas para ações concretas e contundentes contra o Estado e seus governos assassinos.

Não cabe mais ficar com as inúmeras notas de repúdio dos partidos, sindicatos e movimentos, com as inúmeras lives de denúncia, e atos locais e limitados em seu conteúdo. Devemos rechaçar qualquer tentativa de desviar o instinto de luta para a institucionalidade da justiça burguesa, do parlamento ou das eleições. É preciso romper a passividade em todos os níveis. Chamar as assembleias presenciais e democráticas, nos locais de trabalho e estudo, para levantar uma plataforma de reivindicações que una, em um só movimento, a luta contra a violência policial, contra a opressão racial, com a luta por um plano próprio da classe operária e demais trabalhadores para enfrentar a crise. É necessário defender o fim de todo aparato repressivo do Estado, e a criação de comitês de autodefesa nas favelas, periferias e bairros operários. E, para julgar e punir os responsáveis pelo assassinato de Kathlen e tantos outros, é preciso constituir um tribunal popular. Essa plataforma permitirá aos explorados avançarem em sua defesa, organização e luta contra a decomposição capitalista e suas diversas manifestações.

Ato político presencial pelos 150 anos da Comuna de Paris e em homenagem a Guillermo Lora

O ato, realizado na sede do Partido Operário Revolucionário (POR), se iniciou com uma referência aos 12 anos do falecimento de Guillermo Lora, dirigente trotskista boliviano. A plenária saudou de pé o chamado de “*Memória Eterna a Guillermo Lora*”. Esta manifestação concluiu uma campanha que constou da publicação do jornal Massas especial, nº 637. Todos os anos, aproveitamos a data para apresentar e estudar aspectos da imensa obra do construtor e dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Desta vez, o número especial do jornal Massas foi dedicado ao internacionalismo proletário e à tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Lora, com seu incansável trabalho revolucionário, esteve presente no ato dos 150 anos da Comuna de Paris. A data foi propícia para publicarmos o livro “*Lições da Comuna de Paris (março/maio de 1871)*”, que foi dedicado a Guillermo Lora, falecido em 17 de maio de 2009. Lora está entre os grandes marxistas, como Lênin e Trotsky, que lutaram e honraram o internacionalismo proletário, cujas formulações, de Marx e Engels, se materializaram na I Internacional, e cujas manifestações práticas mais significativas estiveram presentes na Comuna de Paris.

Em seguida, ainda na abertura, Atilio de Castro frisou a importância de realizar o ato presencial sobre os 150 anos da Comuna, quando todas as correntes que se reivindicam do socialismo renunciaram a essa tarefa obrigatória. Referiu-se ao fato de, no dia anterior, 29 de maio, terem ocorrido massivos atos, em todo o país. Isso depois de um ano e três meses de passividade das direções sindicais e políticas. Assim, era importante que a comemoração dos 150 anos da Comuna de Paris ocorresse, precisamente no momento em que se dava um primeiro passo na superação das travas impostas pelas direções colaboracionistas à revolta que se acumulou nesse período de flagelo da maioria oprimida. A Pandemia alcançava a marca dos 460 mil mortos, e caminhava rapidamente aos 500 mil. O fracasso das respostas dos governantes e da burguesia levou objetivamente à conclusão de que os explorados tinham de tomar em suas próprias mãos a sua defesa. Isso, depois do longo período em que as direções renunciaram à orga-

nização da luta coletiva e independente da classe operária e dos demais trabalhadores. Bastou que as direções convocassem o Dia de Mobilização Nacional, para que ficassem surpresas, diante da massiva afluência de manifestantes. A presença das massas, contestando Bolsonaro e colocando-se ativamente em defesa própria, não fez senão confirmar o método da ação direta.

A Comuna de Paris, lembrou Atilio, pôs à luz da história os métodos da luta revolucionária, que permitem ao proletariado e demais explorados derrubarem a burguesia e tomarem o poder do Estado. Somente a desorganização da classe operária, em nossos dias, e a profunda crise de direção mundial, vêm dificultando e impedindo as revoluções proletárias. Ao recordarmos o heroísmo dos comunardos parisienses, estamos aprendendo com a experiência histórica, que abriu, no final do século XIX, o curso das revoluções proletárias no século XX, e a necessidade de retomá-lo nos dias de hoje, em que o capitalismo se decompõe e empurra mundialmente as massas para precipício da barbárie.

Atilio concluiu com uma saudação à presença de um representante da FOB, que se tem empenhado, desde o 1º de Maio, em constituir uma frente de luta pela independência dos explorados, por suas reivindicações e pelo método da ação direta. Foi dada a palavra ao camarada, que fez saudação ao ato do POR e expôs algumas de suas ideias, sendo a mais importante o reconhecimento do método da revolução, que levou os revoltosos de Paris a tomar o poder. O plenário se colocou de pé, dando um Viva aos 150 anos da Comuna de Paris e à Memória Eterna a Guillermo Lora. Em seguida, foi passada a palavra ao camarada Rafael de Souza, da regional do POR do Ceará, para fazer uma exposição e considerações sobre as lições da Comuna de Paris. A palavra foi aberta para o plenário. Vários foram os inscritos, que se dedicaram a fazer considerações sobre aspectos das lições da Comuna. No encerramento, o plenário se pôs de pé, cantou o hino da Internacional com os punhos erguidos, e deu um Viva à Comuna de Paris e à Memória Eterna a Guillermo Lora.

Abaixo reproduzimos a exposição de Rafael Souza.

A Importância da Comuna, nos seus 150 anos

Passados 150 anos dos episódios da Comuna, é possível perguntar-se que importância pode ter lembrar seus feitos e seu heroísmo, quando as revoluções do século XX foram ainda mais bem sucedidas, levando o proletariado ao poder, expropriando a burguesia, e fundando uma economia planificada. Em outras palavras, que importância pode ter voltar os olhos, nos dias de hoje, para a longínqua Comuna, quando temos diante de nós os riquíssimos ensinamentos legados pela experiência dos Estados Operários depois da Revolução Russa? A resposta está em que nenhuma das revoluções proletárias (chinesa, cubana, vietnamita e toda a transformação socialista no Les-

te Europeu, no pós-guerra) poderiam ter ocorrido, como ocorreram, sem o triunfo da Revolução Russa de 1917. E a grande Revolução de Outubro, por sua vez, não seria possível sem uma direção firme, capaz de aprender com os mais duros ensinamentos da luta de classes internacional. O bolchevismo construiu seu programa sobre a base dos profundos ensinamentos do movimento operário, na qual a Comuna se insere como o acontecimento mais grandioso na luta pela emancipação dos oprimidos. Não casualmente, Lênin e Trotsky dedicaram-se à análise minuciosa desta que foi a primeira revolução proletária a conquistar o poder, ainda que de forma efêmera.

Os antecedentes imediatos da Comuna

A guerra franco-prussiana de 1870-1871 envolvendo, de um lado, as aspirações nacionalistas germânicas para a unificação nacional e, de outro, a pretensão francesa em se sobrepor à Alemanha fragmentada, levaram ao conflito armado. A guerra obrigou o Império francês a recorrer ao manejo da Guarda Nacional, a tradicional guarda civil que, em tempos de paz, se dedicava a tarefas de vigilância urbana. Seus batalhões saltaram de 60 para mais de 250, transformando-se numa força armada de defesa da capital. A guerra franco-prussiana implicou, portanto, no armamento do proletariado parisiense.

A queda do Império consistiu em outro fator de grande significado. Sabedor da captura de Napoleão III, e do desmoronamento do exército francês em Sedan, as massas irrompem por toda a França, e particularmente em Paris, para impor a República que, a contragosto, acabou aceita pela burguesia e as frações monárquicas, em setembro de 1870. O fim de quase 20 anos de ditadura bonapartista permitiu à classe operária retomar o elo interrompido, desde as jornadas de 1848. A Comuna não seria possível sem essa formidável tradição de luta. Ao recuperar sua liberdade de ação e organização, deu importante passo para a independência de classe.

As negociações do governo de Thiers para uma paz humilhante com a Prússia, a fim de estabelecer as condições para o desarmamento do proletariado, permitiu às massas compreenderem que, entre as necessidades de defesa nacional e a preservação da grande propriedade privada, a burguesia sacrificará qualquer coisa em nome desta última. A tentativa de desarmamento empreendida violentamente pelos generais Lecomte e Clément Thomas terminou com a revolta das tropas, sua confraternização com os explorados, o fuzilamento dos generais, e a proclamação da Comuna, em 18 de março. Thiers não teve outra opção, senão fugir para Versalhes.

As lições da Comuna

A maior de todas as lições da Comuna consistiu em preencher a importante lacuna que restava no programa proletário sobre da questão da estratégia e do poder de Estado. A indagação de Marx, de pelo que seria substituída a máquina de Estado uma vez destruída pela revolução, foi respondida pela Comuna com a edificação da ditadura proletária. Seu primeiro decreto estabelecia que a única força armada seria a Guarda Nacional, e dela fariam parte todos os cidadãos em idade ativa. A Comuna instituiu, dessa forma, o armamento geral do povo, em oposição aos destacamentos especiais de homens armados separados das massas. Também a burocracia estatal foi liquidada, com a eleição de todos os cargos, sob o princípio da revogabilidade de mandato, e com salários que não ultrapassassem os de um operário. Em lugar da antiga divisão dos poderes, a Comuna ergueu um governo de conselhos executivo e legislativo ao mesmo tempo.

A Comuna confirmou o que já dizia o Manifesto Comunista, de Marx e Engels: 1) A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Nenhuma colaboração de classes pode aproximar o proletariado de sua libertação, mas ao contrário, apenas atar suas mãos e anular suas forças; 2) A classe operária não pode chegar ao poder, senão por meio da revolução social, isto é, sua subordinação a qualquer estratégia democratizante não fará mais do que afastá-la de sua missão histórica.

A Comuna provou que é possível à classe operária colocar-se à cabeça da maioria oprimida. O proletariado parisiense soube

apoiar-se na pequena burguesia urbana, muito embora as condições do isolamento, nos limites de Paris, impedissem uma verdadeira aliança operário-camponesa com as massas empobrecidas das províncias.

A Comuna ergueu a bandeira da fraternidade internacional dos trabalhadores, isto é, adotou o princípio do internacionalismo proletário, e a bandeira vermelha como seu símbolo; permitiu a muitos estrangeiros assumirem postos de grande responsabilidade no governo, e concedeu a todos os refugiados “a honra de morrerem por uma causa imortal”.

Os erros e limites da Comuna

Malgrado toda a bravura e honra de seus combatentes, os erros da Comuna no campo militar se mostraram decisivos para sua queda. Não marchar sobre Versalhes quando a esta ainda se encontrava desarmada retirou da Comuna, não apenas as chances de romper o isolamento e alcançar o interior do país, mas deu à contrarrevolução o tempo necessário de se reorganizar, recuperar as forças e organizar o contra-ataque com auxílio prussiano.

Não ter expropriado o Banco da França, o que teria permitido à Comuna exercer uma pressão maior do que qualquer contingente de reféns capturados, segundo Marx, significou renunciar a um formidável instrumento de guerra.

A magnanimidade com que a Comuna tratou seus adversários contrarrevolucionários, permitindo-lhes sair da prisão, sob a palavra de hora de que não pegaria em armas contra a Comuna, foi outra de suas lamentáveis fraquezas.

A ausência do centralismo militar expressava as pressões da pequena burguesia, que acreditavam na possibilidade de uma negociação com Versalhes, e numa saída pacífica para o conflito. Tais fraquezas expressaram, sem lugar a dúvidas, a ausência do partido revolucionário. As forças políticas que dirigiam a Comuna, em sua maioria, os blanquistas e proudhonianos, não podiam expressar o programa proletário; não podiam colocar-se à altura das tarefas colocadas pela revolução. Não casualmente, a experiência da revolução foi fatal para ambas. Nenhuma delas jamais se reergueu, depois de 1871.

Conclusão

O POR homenageia a Comuna nos seus 150 anos, lutando firme e abnegadamente sob a bandeira da revolução e ditadura proletárias. Não há forma melhor de honrar a memória dos milhares de communards que tombaram na sangrenta semana de maio, senão pela luta para erguer o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva a Comuna de Paris!

Morte à burguesia e ao capitalismo putrefato!



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova Coleção Editorial

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

POR

Marxismo
Teoria e Programa

Trotskismo e a obra de Guillermo Lora

Transcrevemos a segunda parte da entrevista sobre o trotskismo e os 12 anos do falecimento de Guillermo Lora, realizada pela “Mesa de Debates”. A primeira parte, publicada no jornal Massas, 638, foi dedicada à discussão sobre o internacionalismo, o trotskismo e a IV Internacional.

Guilherme:

E, agora, chegando ao Guillermo Lora, uma pergunta básica: quem foi Guillermo Lora?

Erson:

Guillermo Lora foi um dirigente que possibilitou ao Partido Operário Revolucionário da Bolívia, fundado em 1935, a partir de 1946, se vinculasse profundamente com o operariado mineiro. Desde meado dos anos de 1940, Lora vai se destacar como um dos principais dirigentes do POR, um lutador pelo partido, trabalhando para enraizá-lo na classe operária. Participava do Comitê Regional do POR em La Paz. De lá, devido à brutal perseguição, teve de entrar na clandestinidade, refugiando-se em Oruro, o que lhe permitiu dirigir-se às minas, e vincular-se aos mineiros. Nesse trabalho, se vai fortalecendo como revolucionário, vai forjando-se como um jovem marxista.

Lora se dedicou a fundo, para que o POR se constituísse como programa revolucionário, embasado nas conquistas internacionais do marxismo-leninismo-trotskismo. Destacou-se como militante do POR nesse processo de elaboração do programa e da teoria. Nesse sentido, Lora vai se destacar como dirigente comunista na América Latina.

É reconhecido pelas correntes que se reivindicam do trotskismo o fato de Lora ter se dedicado ao trabalho com os mineiros, chegando ao ponto de elaborar um documento da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), que ficou conhecido como Teses de Pulacayo, que são as teses de 1946. São teses muito importantes na história do POR, e muito conhecidas, pelo fato de os mineiros assumirem as Teses, passando a defendê-las abertamente. As Teses estabeleciam a estratégia do governo operário e camponês e do método da ação direta, o método da revolução proletária. Como se vê, Lora vai forjar-se nesse caldeirão, desde os anos de 1940. Anos mais tarde, Lora foi um destacado dirigente na Assembleia Popular, de 1971. Ocupará um lugar de primeiro plano, na defesa da Assembleia Popular como órgão de poder do proletariado, um órgão necessário para unir a classe operária e os camponeses, pela tomada do poder. Lora destacou sua militância marxista-leninista-trotskista nesses dois momentos cruciais.

Em 1952, na Revolução de 52, o POR da Bolívia, sob a direção de Lora, já vinha desenvolvendo as teses do trotskismo na Bolívia. Nesse momento convulsivo, foi muito importante a luta contra o nacionalismo burguês. A revolução acabou entregando o governo a Paz Estenssoro, que era um político de orientação nacionalista. Basta observar a militância de Lora, entre os anos de 1940 e 1970, para se ter visível a sua longa

trajetória na vida de construção do POR.

Por último, assinalo a grandiosidade dos escritos de Lora. As Obras Completas de Lora perfazem mais de 60 volumes. (Nesse momento, Erson mostra um dos volumes). Por exemplo, este aqui é um dos volumes, o quinquagésimo da obra de Lora. Cada volume consta de 500 páginas. É, portanto, uma obra imensa, na qual temos materializada a dedicação do dirigente porista em compreender as particularidades da Bolívia, nas condições mundiais do capitalismo, de acordo com as leis gerais do capitalismo. De conjunto, observa-se a elaboração das teses da revolução proletária na Bolívia, um dos países mais atrasados de nosso continente.

A pergunta principal foi: como é que, em um país tão atrasado como a Bolívia, era possível uma revolução proletária? Não seria uma revolução democrática burguesa, mas seria uma revolução proletária. A revolução proletária é que teria de cumprir as tarefas democrático-burguesas, que a burguesia não mais conseguiria cumprir, como, por exemplo, a independência nacional e a revolução agrária, que são duas tarefas importantes, e que inclui o problema democrático das nacionalidades indígenas. A nação de capitalismo atrasado, semi-colonial, tem todo um caminho particular a percorrer, para se libertar das amarras do imperialismo e das forças burguesas internas, o que exige elaboração do programa ao qual Lora se dedicou, seguindo as experiências internacionais do proletariado e, em especial, as da Revolução Russa. Lora se dedicou a fundo, para que o POR se constituísse como programa revolucionário, embasado nas conquistas internacionais do marxismo-leninismo-trotskismo. Destacou-se como militante do POR nesse processo de elaboração do programa e da teoria. Nesse sentido, Lora vai se destacar como dirigente comunista na América Latina. Infelizmente, as correntes centristas ocultam e evitam que a obra do Lora seja difundida e conhecida entre a militância. Então, em geral, essa é uma síntese de como eu vejo o lugar de Guillermo Lora.

Guilherme:

E qual foi o papel, a influência, o peso que o Lora teve na Revolução da Bolívia?

Erson:

De 1952, você está falando?

Guilherme:

É.

Erson:

Depende do momento a que você está se referindo.

Na revolução de 1952, o POR tinha vínculo com os camponeses e com o proletariado. Vinha potenciando-se com o trabalho nas minas. A luta no interior da revolução foi para que a

COB conseguisse manter a sua independência de classe, uma vez que tinha surgido como organismo de poder do proletariado. Era uma central sindical com características de soviete, ou seja, de um poder operário diante do Estado burguês. É distinta das centrais como as que nós temos no Brasil, que nasceram controladas por uma burocracia, ainda que não tão definida como agora. A COB foi uma criação do processo revolucionário, tendo o proletariado mineiro como seu guia. O POR lutou, em 1952, para separar o proletariado do nacionalismo burguês. O Movimento Nacionalista Revolucionário – um partido nacionalista burguês – teve a capacidade de exercer poderosa influência sobre as massas em luta. E o problema estava em como separar o proletariado do nacionalismo, e ser capaz de estabelecer uma aliança com os camponeses, que estavam em luta armada no campo. E o POR chegou a participar das lutas armadas dos camponeses no campo. Então, o problema da independência de classe do proletariado foi o ponto fundamental da intervenção do POR. Dessa experiência, comprovou-se a tese do marxismo-leninismo-trotskismo, de que o nacionalismo burguês é impotente para realizar as tarefas democráticas, como a independência nacional, a revolução agrária e a solução dos problemas das nacionalidades indígenas.

Entenda, portanto, que o POR se formou nesse caldeirão, na luta pela independência da classe operária em combate ao nacionalismo, procurando desmascarar o nacionalismo, e superar as ilusões democráticas que as massas ainda tinham no nacionalismo. E não se pode desconhecer que o nacionalismo acabou tendo essa força porque uma fração majoritária da COB, dirigida por Juan Lechín, conseguiu impor a política de colaboração de classe. A integração da COB no governo burguês liquidou seu caráter soviético, e auxiliou o MNR a desviar a revolução, e a se apropriar do poder, restabelecendo a dominação da oligarquia, e mantendo a submissão ao imperialismo. Então, a luta para que a COB não se submetesse ao governo, não fizesse parte do governo burguês, e continuasse como órgão do poder e mantivesse a luta pela revolução, esse foi o papel principal do POR nesse momento, em 1952, especificamente.

Guilherme:

Sim. E posteriormente a isso?

Erson:

Posteriormente, a crise, que vai se estabelecer sob o governo nacionalista, deságua na criação da Assembleia Popular, em 1971. Somente para demarcar o período, em 1964, o general Barrientos desfechou um golpe militar, voltado a esmagar o movimento operário, assassinando lideranças mineiras, entre elas César Lora e Isaac Camacho, militante do POR em Catavi / Siglo XX. Em 1969, o general Ovando Candia assumiu o poder, também pela via do golpe. Em outubro de 1970, cai Ovando, e assume o general nacionalista Juan José Torres. É nessas condições de golpe sobre golpe de Estado, e brutal repressão às massas, que se gestará a Assembleia Popular, que reunirá quase todas as correntes de esquerda, inclusive a nacionalista, à exceção dos pablistas-mandelistas do Secretariado Unificado (SU), ao qual eu havia me referido inicialmente, como revisionistas da IV Internacional. Naquele momento, se achavam enfileirados por trás do foquismo, confundindo o movimento armado

isolado do proletariado com a guerrilha. O castro-guevarismo estava tendo uma ampla influência na América Latina, galgado na autoridade da Revolução Cubana. A Bolívia havia sido escolhida por Guevara para realizar seu experimento de criação artificial dos focos armados. Ao contrário, o movimento da Assembleia Popular era o caminho por onde a classe operária poderia chegar ao poder. O POR da Bolívia travou a luta baseada na experiência de 1952, de como evitar que as forças que estavam na Assembleia Popular levassem-na a uma participação e uma colaboração com o governo nacionalista burguês do general Torres. Esse foi um grande legado programático e prático do POR. Vale de experiência para todas as correntes trotskistas da América Latina. Considerando que não temos na América Latina nenhuma corrente que protagonizou um feito como esse, como o da Assembleia Popular de 1971.

Guilherme:

Erson, eu queria que você fizesse, agora, uma diferenciação entre o pensamento de Lora com o pensamento de outros setores trotskistas como o pablista, também cito aqui o morenismo. Qual é a diferença exata?

Erson:

A essência da diferença está em que essas correntes, você citou o pablismo (adjetivo derivado de Michel Pablo) e morenismo (de Nahuel Moreno), mas há também o lambertismo (de Pierre Lambert), com o qual se identifica o jornal “O Trabalho”, que está no PT. Os morenistas, você sabe, se estilham em várias correntes. A diferença fundamental é que elas abandonaram a estratégia da revolução proletária. Abandonaram a tarefa de construir o programa em seus países. O POR, não somente tem um programa definido, como comprovado na história da luta de classes da Bolívia e de muitos países, na América Latina e fora dela. A partir do programa e das experiências concretas, criou-se essa separação entre essas tendências e o POR da Bolívia. Todas têm algo em comum: fizeram do POR um inimigo. Todas se unem para atacar o POR. Isso mostra que existe uma aliança do centrismo, na hora de atacar as posições do POR, principalmente em relação a 1952, que você perguntou. Criou-se a lenda de que o POR traiu a revolução, porque não defendeu “todo poder à COB”. Essa tese, que não se comprova, basta estudar os escritos de Lora ou os documentos da época, para se constatar que o POR não estava na direção das massas ao ponto de, como fizeram os bolcheviques, levar as massas ao poder, à direção do Estado. O que o POR fez foi, baseado no duplo poder da COB, lutar por sua independência, para preparar o caminho da revolução proletária. Essa foi a posição do POR. Todas as correntes falam a mesma coisa. Pode ver, você pergunta, “qual a crítica que você tem ao POR? Resposta: o POR não levantou a bandeira de “todo o poder à COB”, em 1952. Essa equivocada crítica foi manejada pelo argentino “Quebracho”, e todos os revisionistas da IV passaram a repetir. Como se fosse um carimbo. A diferença se encontra, exatamente, na questão da estratégia programática. E você sabe que a estratégia do programa determina a tática. Aí se vai verificar como as correntes centristas tendem à tática do legalismo, do parlamentarismo, tática das frentes eleitorais de esquerda, substituindo o trabalho organizativo no seio do

proletariado e o método da ação direta. Aí está o precipício existente entre o POR, não em relação a cada uma das correntes, mas ao conjunto das correntes. É isso que se tem de observar. Não é que o POR se opõe ao morenismo, ao pablismo, não. Ele se opõe ao conjunto do revisionismo da IV Internacional, porque essas variações de correntes, cada uma com sua nomenclatura, nada mais são do que expressões do campo do centrismo. Então é a diferença entre o campo do centrismo, aí está o campo do centrismo, e o campo da política proletária, revolucionária do POR da Bolívia.

Guilherme

Você falou que o POR não era direção do processo na Bolívia. Na revolução russa, até meu entendimento, no começo da revolução, o partido bolchevique também não era partido dirigente da revolução. Precisou Trotsky e o Lenin, através dos soviets, atingir uma grande maioria para cumprir um papel de dirigente. A pergunta que eu faço, agora, me veio essa dúvida, por que o POR não conseguiu dirigir esse processo? O que faltou?

Erson:

Você está fazendo uma comparação entre a revolução russa, as respostas dos bolcheviques e o que se passou na Bolívia. Essa comparação tem de ser cuidadosa. Não se pode fazer uma comparação mecânica desses dois fenômenos. Não se pode esquecer que o bolchevismo, na revolução de 1905, uma revolução que tinha o caráter democrático burguês, não pôde se destacar como direção, embora ele tivesse uma influência importante. Em 1905, ergueu-se a forma soviética. Trotsky foi presidente do soviete, nem por isso estiveram dadas as condições para que a revolução democrática se transformasse em revolução proletária. Veja que, em fevereiro de 1917, numa situação de guerra, portanto de uma crise profunda, as massas retomaram a organização soviética nos dois principais centros operários da Rússia. Aquela forma soviética de 1905, que era embrionária, irá assumir uma extensão de maior magnitude, em fevereiro de 1917. Então, como o bolchevismo tinha, sob a direção de Lênin, a linha estratégica de transformar os soviets em instrumento de poder, para derrubar a burguesia, em oposição à linha dos mencheviques e socialistas revolucionários, que era fazer dos soviets um instrumento de colaboração de classes com o governo democrático burguês, isso potenciou o bolchevismo. Agora, como comparar esse processo histórico com o da Bolívia? Não dá para compararmos e dizer, “olha, lá o bolchevismo saiu vitorioso porque agiu corretamente”; na Bolívia, em 1952, o POR não fez o mesmo e por isso é responsável pelo fracasso da revolução proletária. Não quer dizer que o POR não tenha agido corretamente na revolução de 1952. Se você estudar as explicações de Lora, verá que tem abundantes trabalhos, tem um livro específico sobre a Revolução de 1952. Ocorre que as correntes adversárias não analisam. Não fazem uma crítica sistemática de todo esse período. Não o fazem. Simplesmente, tomam uma frase, a de que o POR não defendeu “todo poder ao soviete”, e, logo, como não defendeu “todo poder ao soviete”, traiu a revolução. Isso é de um esquematismo que chega à difamação. É preciso analisar qual a luta que o POR teve contra Juan Lechín, que, aliás, esteve próximo ao próprio POR; analisar como os trotskistas lutaram no interior da COB, para evitar

que se tornasse um organismo de sustentação do governo burguês. O POR travou uma luta de morte contra o ingresso de Lechín no governo e constituísse um cogoverno. Houve uma luta enorme aí. Outra coisa é que a correlação de forças não permitiu ao POR fazer com que essa política levasse o proletariado à tomada do poder. E tem mais um fator que o Lora explica, que os operários e, principalmente os camponeses, confundiam o MNR com o POR. Nas condições de radicalização da luta, em que o nacionalismo despontou como força que se apresentava como capaz de atender às reivindicações dos camponeses e dos mineiros, as massas não conseguiram distinguir de forma necessária a política pequeno-burguesa da proletária. Acreditava-se que era a mesma força. A separação entre o nacionalismo burguês e o internacionalismo proletário não teve como ser resolvida, em 1952. Essa separação se vai dar com a Assembleia Popular, de 1971. Mas, veja, a Assembleia Popular também não saiu vitoriosa. Ela foi derrotada por um golpe militar de Banzer, um golpe fascista do Banzer. E por que foi derrotada? Porque o POR errou em sua política? Não! Porque a correlação de forças impediu, não permitiu que a luta do POR se materializasse em uma insurreição. Essa é a explicação.

É lamentável que as correntes obscureçam as explicações do POR, e não entrem no seu mérito. Quando se faz uma crítica, é preciso entrar no mérito e na raiz da causa. Onde está a causa. Se você não vai à raiz, você não a descobre. Por exemplo, como é que um partido que levou a classe operária a aprovar as Teses de Pulacayo, como é que um Partido que participou do Bloco Mineiro nas eleições, por meio do qual Lora foi eleito a deputado, logo cassado pela reação, como é que podia, em 1952, de repente, negar todo o processo que estava fazendo? Ora, se alguém tem uma explicação, deve estudar a fundo as Obras Completas do Lora, antes de espalhar falsas acusações. Converso com militantes morenistas – o próprio MRT é uma de suas variantes – e logo soltam qualquer coisa, como “ah, mas em 1952 o POR traiu”. Veja que é um carimbo. Lora responde com uma conclusão histórica: uma corrente, quando trai, está fadada à morte. Sabe por que o estalinismo morreu? Por causa da traição. Sabe por que a social-democracia morreu? Por causa da traição. Um partido que trai está liquidado para a classe operária. O POR da Bolívia está firme e forte, não está liquidado. Ele é a única força revolucionária do proletariado na Bolívia. E todas as correntes que tentaram penetrar neste país, todas as que criticam o POR, baseadas na lenda de 1952, nunca conseguiram fincar raízes na Bolívia. O que explica isso? O que explica é a fortaleza do programa do POR. E o programa não é um simples documento. O programa é a expressão de uma experiência ou de muitas experiências da luta de classes nacional, e da luta de classes mundial, internacional, com a sua estratégia, evidentemente. Eu sabia que esse era um ponto que ia aparecer na entrevista. Você foi muito diplomático, não precisa ser diplomático, pode perguntar o que pensa.

Guilherme:

Não... meu papel aqui é escutar.

Erson:

Eu rasguei o verbo, porque essa pergunta tem um fundo obscuro.

Guilherme:

Erson, uma das propostas do canal é escutar a esquerda, os militantes, o que a intelectualidade de esquerda tem a dizer, e não impor as minhas posições.

Erson:

Sim, mas para você fazer as perguntas tem de conhecer. Se não conhecer, não faz as perguntas com precisão.

Guilherme:

Como era sua relação com o Lora?

Erson:

Lora esteve aqui no Brasil em setembro de 1990, bem no nascimento do POR. O POR vai surgir de uma dispersão de militantes que vieram do Causa Operária, descontentes com a posição que Política Obrera (PO) da Argentina acabou implantando no Causa Operária. Por exemplo, Causa Operária tinha, originariamente, como formulação estratégica, a consigna de “governo operário e camponês”. Com a influência do PT, será substituída por “governo dos trabalhadores”. Causa Operária acabará formulando uma estratégia eleitoral, que prevalece até hoje. “Vote em Lula por um governo dos trabalhadores”. Esse agrupamento opositor à revisão programática vai ganhar coesão, quando se vincula ao POR da Bolívia e aos camaradas argentinos, que também resultaram de uma cisão do PO, e que formaram o POR da Argentina. Neste processo, Lora intervém, e vai trabalhar para construir o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Então, vou conhecer Lora aí. Mas eu já o conhecia antes, de passagem, inclusive tive reunião na Bolívia, quando ainda havia uma relação entre o PO da Argentina e o POR da Bolívia, que formavam a Tendência Quarta Internacional (TQI), cheguei a ir em reunião na qual Lora esteve presente. Mas, também o conhecia por alguns de seus escritos. Você sabe que a perseguição aos trotskistas na Bolívia sempre foi muito violenta. Conheci, de passagem, exilados bolivianos, quando eu ainda militava na corrente O Trabalho. Participei da fundação da Organização Socialista Internacionalista (OSI), quando ainda o POR da Bolívia e PO da Argentina se encontravam no quadro do Comitê Internacional (CI), dirigido pela organização francesa, ou seja, por Pierre Lambert. E, através dos exilados bolivianos, eu tive contato com os folhetos do Lora, precisamente quando se processava uma separação do POR e PO do CI, motivada pelas divergências em torno à caracterização dos países semicoloniais, a tática da frente única anti-imperialista, e à natureza dos sindicatos.

O Lora, veja, para se ter uma ideia, fazia essas publicações, pegava a maquininha dele e datilografava seus escritos, como esse aqui. Não sei se dá para ver aí [mostrando o texto no vídeo], e ele mesmo imprimia e divulgava diariamente entre os militantes. Olha esse material aqui, se chamava “Muela del Diablo”. E essa daqui também, e havia também o que ele chamava de “Colmenas”. Este escrito aqui se chama, “Como estudar o desmoronamento do estalinismo – marco teórico”. Como se vê, Lora colocava as folhas de papel na maquininha com carbono. Certamente, depois se multiplicavam para maior divulgação.

Guilherme:

Isso aí foi digitado pelo próprio Lora?

Erson:

Pelo próprio Lora. Ele batia em sua máquina de escrever. Olhe essa cópia, está em carbono. Tenho muitos textos de Lora em meu arquivo. Alguns deles obtive no dia em que escreveu. Sempre que ia à Bolívia, Lora e sua companheira Rina me hospedavam. Assim, pude presenciar a rapidez como Lora dedilhava em sua máquina. Era como se manejasse uma metralhadora. Se fosse eu, para fazer um texto como este aqui, levaria um ano. Lora tinha uma habilidade, um traquejo, que era impressionante.

Por exemplo, esse texto aqui é de 28 de janeiro de 1990, então, ele tinha esses materiais, depois de reproduzidos, mantinha vários exemplares em sua casa. Isso me permitiu adquirir muitos exemplares, que depois vieram a compor as Obras Completas, que todo verdadeiro revolucionário deveria estudar. Olhe esse aqui, “Como construir a IV Internacional”. Parte desses documentos nós vamos publicar agora, em um número especial do jornal Massas. Vou traduzir, para que saia nesta

(...) Lora era esse militante extremamente cuidadoso com as ideias, e com a formação dos quadros internacionais. Por exemplo, eu aprendi uma lição na construção do Comitê de Enlace, de que o POR não pretendia criar satélites na América Latina. O problema das correntes que se reivindicam do trotskismo é o de criar satélites.

semana, como recordação militante dos 12 anos da morte do Lora. Então, ele era esse homem que encontrava meios, nas situações mais difíceis da Bolívia, para que as ideias caminhassem, para que fluíssem. Lora uma vez me disse, mostrando um dos volumes das Obras Completas: “As ideias revolucionárias atravessam os muros”! Inclusive, eu estava presente quando começou a edição, desde o primeiro volume. E o Lora me dizia, “olha, essa vai ser uma empreitada muito difícil”. Isso porque o plano era o de editar um livro por mês. Veja, um por mês, de 500 páginas. Aqui, o POR já estava em um estágio mais evoluído, mais capacitado. É preciso assinalar que, ao mesmo tempo que Lora compunha Muela del Diablo, Colmena e Hojas de mi Archivo, publicava volumosos livros. Há uma quantidade imensa de publicações, que prepararam as Obras Completas. Então, Lora era esse militante extremamente cuidadoso com as ideias, e com a formação dos quadros internacionais. Por exemplo, eu aprendi uma lição na construção do Comitê de Enlace, de que o POR não pretendia criar satélites na América Latina. O problema das correntes que se reivindicam do trotskismo é o de criar satélites. PO tem seus satélites, o PTS tem os seus satélites, o PSTU tem os seus satélites, sob o nome de LIT-QI, Fração Trotskista, etc. Todos têm seus satélites. Lora dizia, assim, não se constrói uma internacional, criando satélites. Vocês têm de se construir na classe operária, formando o programa, e só assim construirão seções internacionalistas. Vocês têm de se levantar como seção da IV Internacional. Quando se passa a construir um partido em um país, você já é o embrião do partido mundial. Isso é internacionalismo. O problema está em como o partido se fortalece em determinado país, com a polí-

tica do internacionalismo, e ela vai se expressar em um processo de luta organizativa pela internacional. Foi assim com o bolchevismo. O bolchevismo apareceu como a força motriz da Internacional, porque foi dirigente da revolução. As ideias têm de se materializar em formas revolucionárias, para poder se erguer como partido. Foi essa a minha convivência que tive no Comitê de Enlace. Aqui, no Brasil, Lora esteve só uma vez. Essas foram algumas das lições e aprendizagens que tive com o Lora.

Guilherme:

Erson, agora eu tenho uma dúvida, talvez possa se transformar numa divergência, essa questão da maneira como se pensa a Internacional. Eu, na verdade, vejo que uma das grandes lições que a IV Internacional deixou é a construção de partidos no âmbito mundial e isso, de uma maneira ou outra, tem de se dar de uma forma concreta. Isso não cai em um risco de a gente cair em um nacionalismo trotskista?

Erson:

Essa é outra lenda, que fala que o POR da Bolívia é “nacional-trotskyista”. Não, camarada. O POR foi isolado. Terivelmente isolado, por todas as correntes. Combatido por todas as correntes. Depois o xingam de “nacional-trotskyista”. O problema é que as posições do POR se chocam com as correntes, e elas o isolam. Esse isolamento tem sido muito prejudicial, tanto para o POR quanto para a reconstrução da IV Internacional. Não tem nada de nacional-trotskyista. Se você estudar todos os documentos do POR, vou até enviar o Massas para você, vai ver que não tem nenhuma formulação nesse sentido. Outra coisa são as condições objetivas para reconstruir a IV Internacional. Como a revolução de 1952 não triunfou, como a Assembleia Popular sofreu um golpe e foi esmagada, como a revolução tardou e tarda na Bolívia, é claro que o POR iria sofrer um isolamento mais profundo ainda, como sofreu.

A segunda questão sobre a IV Internacional, propriamente dita, note que a oposição de esquerda internacional era ultraminoritária. O Grupo dos 4, que assinou os documentos para fundar a IV Internacional, o chamado para a sua criação, não se constituía de partidos com raízes na classe operária de seus países. Isso em lugar algum. Não existiu nenhum partido ali, nenhum partido enraizado no proletariado, no momento em que Trotsky tomou a decisão de conduzir a Oposição Internacional de Esquerda, a partir de 1933, quando chegou à conclusão de que a III Internacional estava falida, a pôr em pé a IV Internacional. Por exemplo, na França e nos Estados Unidos, onde se encontravam as principais seções, o trabalho de organização no seio do proletariado se encontrava muito aquém das necessidades da luta revolucionária. Note que não é por acaso que o Partido Socialista dos Trabalhadores norte-americano (SWP) foi arrastado pelo revisionismo pablista. Onde está hoje? Desapareceu como corrente internacional. Onde estão as cor-

rentes mandelistas do SU? O que se passou com a fração morenista que se abrigou no SU? Dividiram-se e subdividiram-se. Que fim tiveram os lambertistas? De conjunto, esses estilhaços tentam imputar ao POR boliviano um suposto nacionalismo, para justificar suas próprias crises, para justificar suas próprias impotências. Cada um com seus satélites, não conseguem dar um passo programático e prático pela reconstrução da IV Internacional.

Guilherme:

Desenvolva um pouco mais sobre isso.

Erson:

Então observe, o morenismo acreditava que o partido revolucionário viria de uma junção de tendências no movimento operário, popular, que se juntaria com a corrente trotskista, e iria se fundir, formando assim um partido de massas. Essa ideia não seguia o fundamento de que o partido se constitui e se desenvolve em torno ao programa. Não é juntar pessoas, pessoas e agrupamentos que se declaram socialistas. O PSTU,

(...) o morenismo acreditava que o partido revolucionário viria de uma junção de tendências no movimento operário, popular, que se juntaria com a corrente trotskista, e iria se fundir, formando assim um partido de massas. Essa ideia não seguia o fundamento de que o partido se constitui e se desenvolve em torno ao programa. Não é juntar pessoas, pessoas e agrupamentos que se declaram socialistas.

por exemplo, chamava-se Convergência Socialista, antes era Liga Operária, e depois vai se tornar *Convergência Socialista*, nos moldes do morenismo. O que está na base da “convergência” socialista? Significa convergir todos aqueles que se declaram socialistas. Ora, mas não são socialistas, todos os que se declaram socialistas. Então, a luta pela reconstrução da IV Internacional, é a luta por aplicar o Programa de Transição, nas particularidades de cada país. A essa formulação, que vem do marxismo-leninismo-trotskyismo, se chama de “trotskyismo-nacional”. O próprio nome do PSTU expressa o oportunismo em matéria organizativa – Partido Socia-

lista dos Trabalhadores Unificados. Olha, há pouco tempo, quando o MRT se chamava Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional, publicou um artigo que afirmava que a fórmula do governo operário e camponês estava ultrapassada no Brasil, e que se tratava de lutar por um “governo operário e popular”. Nós fizemos uma resposta, criticando essa formulação de consigna de poder. A direção do atual MRT se calou. Nunca assumiu a discussão, se se mantém vigente a tática da “aliança operária e camponesa” no Brasil. Transferiram a formulação do PTS argentino para o seu satélite brasileiro. A questão de poder, portanto, de estratégia programática, é decisiva. Não é secundária a divergência em torno das consignas de “governo operário e camponês”, “governo operário e popular”, ou “governo dos trabalhadores”. PO tem a consigna de “governo dos trabalhadores”, abandonou a de “governo operário e camponês”, e fez o mesmo com Causa Operária no Brasil, para se adaptar ao PT, como se, no Brasil, a questão camponesa estivesse superada. Ora, isso é um problema de conhecer a realidade do seu país, e expressar em seu programa. A forma de governo deve expressar o programa da revolução social e o princípio da ditadura do pro-

letariado. Então, veja, é nesse campo que se dá a divergência das correntes com o POR. O problema é que a discussão não é franca, não é aberta, não é verdadeira, necessária para clarear o caminho da reconstrução da IV Internacional. Nenhuma corrente dessas pretende clarear o caminho da reconstrução da IV Internacional.

O POR vem insistindo: deixem de nos isolar! Assumam que o POR constituiu-se como um pilar de reconstrução da IV Internacional. Que outra corrente, que se reivindica do trotskismo, tem a tradição do POR na América Latina? Cite uma só, dentre tantas, que tenha uma tradição como o POR, que foi fundado em 1935. Que passou pela revolução de 1952, passou pela Assembleia Popular, passou pelo trabalho com os mineiros, as Teses de Pulacayo, etc. Cite uma só corrente que tenha tanta tradição revolucionária! Se você me citar uma, aí a gente debate claramente. Não vejo nenhuma corrente que tenha cumprido um percurso tão longo e acidentado, e que continua com seus mais de 85 anos de história, continua o combate pela revolução proletária em seu país, e pela reconstrução da IV Internacional. Por isso, é muito fácil qualificar o POR boliviano de trotskismo-nacional. É quase uma autodefesa dessas correntes, diante do POR. É autodefensiva essa acusação de nacional-trotskismo, bem como a acusação de que, em 1952, o POR traiu. São duas acusações levianas, e que são de autodefesa. O centrismo sempre tem essas autodefesas. E, agora, essa autodefesa está indo para o buraco, cada vez mais se está estilizando, e sendo arrastado pelo reformismo. Veja a cisão que o PSTU sofreu, quantos militantes que romperam e foram para o PSOL. Veja a cisão de PO, embalada pela adaptação ao eleitoralismo da Frente de Esquerda. E vão existir muitas cisões dessas no seio do centrismo. Por quê? Porque os centristas não têm programa, e rechaçam de forma oculta a estratégia da ditadura do proletariado.

Guilherme:

Erson, uma coisa que me chama muito atenção e queria conversar com você. Você falou da questão do programa, programa, programa, programa. Eu tenho acordo que é preciso ter um programa revolucionário e tudo mais, porém, vejo que é preciso ter tática de construção do partido. Porque o programa, por si só, não adianta, senão fica um grupo minoritário falando do programa, programa, programa, senão você fala para mais ninguém. Eu queria que você falasse um pouco dessas táticas de construção, tipo desde estar no sindicato, inclusive fazer entrismo em partidos, como o Trotsky propôs em algumas situações, como na própria França. Eu queria que você falasse um pouco dessas táticas, além do programa... Eu queria que você colocasse como o Lora se colocava perante isso. Porque, além do programa, Trotsky e o Lênin faziam muita política. Como o Lora se comportava sobre fazer política?

Erson:

Permita-me uma observação sobre a sua pergunta. A tática é parte do programa. Na pergunta, você separou a tática do programa, portanto, da estratégia. É o que o centrismo faz. Os centristas acreditam que existe uma tática separada do programa. Porque o programa é determinado pela estratégia da revolução proletária. O programa não é uma lista de

reivindicações e formulações conjunturais. Não são determinadas tarefas conjunturais, que a linha política tem de dar conta, guiada pelos fundamentos programáticos. O programa é uma exposição das leis históricas e das forças sociais e da mecânica das classes, que vão levar à revolução proletária. Então, o programa expressa a teoria da revolução proletária. As correntes centristas funcionam à margem dos fundamentos da revolução proletária. Carecem de programa. Se você analisar o programa das seções do Comitê de Enlace, verá que se baseiam na exposição do programa da revolução proletária. E isso determina a tática. Por exemplo, nós determinamos a tática nesta pandemia.

Qual foi a tática do POR nessa pandemia? Lutar contra a passividade e a colaboração de classes das burocracias, o POR ficou sozinho. Tem alguma corrente que ficou com o POR nessa questão? Tardamente, ouvimos o eco de uma ou outra voz nesse sentido. Mesmo assim, não expressavam a tática revolucionária de organização do proletariado, sob as duras condições da Pandemia. Agora, estão começando a ir às ruas, mas já estão apresentando o caminho das eleições e da candidatura de Lula. Então veja, aí está claramente a tática como parte do programa.

Outro exemplo, as correntes falam “Fora Bolsonaro”, não falam? “Fora Bolsonaro”. Essa é uma bandeira vinculada à estratégia. Obrigatoriamente, é preciso dizer que governo esperam colocar no lugar de Bolsonaro. Não falam. O POR fala, Bolsonaro vai cair pela ação da classe operária, e nós lutamos pela estratégia do governo operário e camponês. Se um partido se propõe a derrubar um governo burguês, tem de ter a estratégia. A tática vai ser a organização das greves, dos movimentos, das ocupações, dos bloqueios. Mas não ocorre que a bandeira de “Fora Bolsonaro” tem como pressuposto o impeachment. Por isso é que, sob a bandeira de “Fora Bolsonaro”, estão o PT, MRT, PSOL, PCB, PCdoB, e outras correntes, que não se guiam pela estratégia revolucionária do proletariado. Assim, a construção do partido exige concepção e método, que são definidos pelo programa.

Guilherme:

Só uma correção, para ser justo com o debate. Eu não faço mais parte do MRT, mas, pelo que entendo, o MRT não defende o impeachment.

Erson:

Eu não falei que o MRT defende o impeachment, falei que defende o “Fora Bolsonaro”. E que o “Fora Bolsonaro” tem como conteúdo o impeachment. Correto? Foi isso que afirmei. Por isso, a bandeira do POR não é “Fora Bolsonaro”, é “Abaixo o governo Bolsonaro”, que evidentemente se diferencia da consigna “Fora Bolsonaro”. Bom, o PSTU fala “Fora Bolsonaro e Mourão”, mas assinou o documento com as centrais, pelo impeachment. Não fez a mesma coisa PCO? Então, veja, o MRT defende o “Fora Bolsonaro” e “Constituinte”. Conheço a sua política. Agora, o MRT acredita em uma constituinte democrática e soberana, para responder à queda de Bolsonaro. Sob que governo e forças políticas, será convocada a Constituinte? Há aqui uma incógnita. É uma abstração total. Então, a minha crítica vai em outro sentido, não estou juntando tendências sob

um mesmo bloco, confundindo-as. Uma das propriedades do método marxista é o de diferenciar, para compreender as semelhanças.

O PSTU defende o “Fora Bolsonaro e Mourão”, em uma tentativa de se diferenciar, e assinou o documento do impeachment. Mesmo assim, não confundimos o PSTU com o PT, que é um partido reformista petrificado. Uma corrente pequeno-burguesa centrista, que, portanto, se reivindica do trotskismo, se bate em meio a contradições, que para o reformismo não existem, uma vez que está completamente integrado ao capitalismo. Embora estejam sob a mesma estratégia no momento, diante do governo Bolsonaro, guardam diferenças consideráveis entre si. Eles podem se diferenciar na tática. Há que compreender que tática e a estratégia são partes do programa. Qual é a essência da tática do marxismo? É a que responde ao método da ação direta. Essa tática subordina outras formas, como, por exemplo, a da luta parlamentar, luta eleitoral, estando todas subordinadas à ação direta. E isso consta no programa.

Procurei fazer uma observação à sua pergunta. Não é verdade que o POR não tem uma tática. Outra lenda é de que é sectário. Não é isso? Nós somos acusados, por exemplo, de sermos negacionistas. É ridículo, não é? Não faz o menor sentido ser acusado de negacionista pelo jornal do Coggiola, pelo Boletim Classista. Isso porque nós dizíamos e dizemos que a classe operária não pode abrir mão de suas necessidades e de suas defesas, em função de qualquer outra política. A política do isolamento social é ditada pela burguesia, não é ditada pela classe operária. Então, há muita confusão nesse terreno, para se fazerem certas críticas improcedentes ao POR da Bolívia e, em extensão, ao POR do Brasil.

Guilherme:

Então vamos prosseguir em nossa conversa. Eu queria que você colocasse, agora, que legado Lora deixou no combate ao estalinismo. E qual a importância de se retomar esse combate hoje, para poder defender o legado do marxismo.

Erson:

Verifica-se que, na Bolívia, as teses do trotskismo liquidaram o estalinismo. O Partido Comunista da Bolívia, que derivou do velho e reacionário Partido de Esquerda Revolucionário (PIR), fundado em 1940, é um partido praticamente irrelevante na política da classe operária e na política nacional. O POR, com sua luta, com suas explicações, com suas fundamentações marxista-leninista-trotskistas, possibilitou que a classe operária fizesse a experiência, definitiva, com o Partido Comunista da Bolívia, e concomitantemente com o nacionalismo burguês. O nacionalismo burguês e o estalinismo, na América Latina, estão ligados pela tese de que é possível reformar o capitalismo, que é possível uma revolução democrática, que leve à independência nacional, à libertação dos camponeses, etc. Essa tese equivocada, completamente antimarxista, do estalinismo, foi derrotada na prática, na Bolívia. O que exigiu derrotar as posições programáticas do estalinismo. Então, esse é um legado importante, do ponto de vista prático e teórico, na luta do trotskismo na Bolívia contra o estalinismo.

O segundo ponto importante é que o POR, ao desenvol-

ver as suas formulações do internacionalismo, ao se colocar no quadro da IV Internacional, aproveitou e potencializou as formulações de Trotsky contra a burocratização do Estado soviético e a destruição do partido bolchevique. Os escritos de Lora sobre o internacionalismo, e sobre como reconstruir a IV Internacional, se assentam na tese de que o estalinismo, historicamente, foi sendo liquidado pelas próprias contradições do capitalismo, e que o grande problema é que o trotskismo não conseguiu se transformar em partidos vinculados à classe operária, penetrados na classe operária em vários países. Isso é fundamental para erguer uma Internacional. Você imaginar que vai ter uma Internacional desvinculada da classe operária, formada por partidos que têm a pequena burguesia como sua base social, partidos que têm penetração em estudantes e setores da classe média, mas que não têm penetração na classe operária, não passa de palavreado. Veja que a história da I Internacional, II Internacional e III Internacional foi todo um percurso de criação de partidos marxistas vinculados à classe operária. A própria traição da socialdemocracia alemã só foi possível porque ela estava assentada na classe operária. A socialdemocracia alemã estava profundamente enraizada na classe operária, por isso pôde trair. Se ela não tivesse a direção da classe operária, não tinha como trair. Liquidou a II internacional, estando penetrada na classe operária. Isso é o revisionismo, revisionismo do marxismo. Os partidos superestruturais, mais ligados à pequena burguesia, e sem um programa claramente definido, não têm como impulsionar a reconstrução da IV Internacional, que é o fator definitivo do acerto de contas com o estalinismo.

Guilherme:

Erson, você falou que o estalinismo, hoje, está morto.

Erson:

Historicamente.

Guilherme:

Historicamente está morto, mas o que eu percebo, hoje, é que alguns setores, principalmente da juventude, começam a simpatizar com as ideias do estalinismo, começam a ver o estalinismo como quem prendia e mandava fuzilar setores da direita. Assim, será mesmo que o estalinismo está morto? Você vê uma possibilidade de o estalinismo ressurgir, principalmente aqui no Brasil, ou não?

Erson:

Explico-me, para que não haja confusão. Historicamente, está morto. Foi comprovado que é uma corrente contrarrevolucionária, inserida no próprio Estado operário, que é o que Trotsky qualificou de Termidor, uma reação restauracionista no interior do Estado soviético. Essa função do estalinismo, como corrente que abriu caminho para a restauração capitalista, liquidou-o como corrente ideológica e programática, que se mascarou de marxismo-leninismo. A tese do “socialismo em um só país”, que pressupunha a possibilidade de construir o socialismo em um só país, historicamente, está liquidada. Já foi demonstrada essa impossibilidade. Já havia sido demonstrada teoricamente por Marx, pelo internacionalismo proletário,

já havia sido demonstrada por Lênin. Mas, o que se realizou na prática, com o estalinismo na ex-União Soviética, foi que a tese do socialismo nacional não tinha vigência, e que levaria à restauração. Trotsky travou o combate ao estalinismo, não só no terreno teórico-programático, mas também no prático. Eis por que a IV Internacional continua vigente como programa. Trata-se de reconstruí-la. Se avançamos nesse objetivo, a reestruturação do estalinismo não terá fôlego. Nesse sentido, está historicamente esgotado.

Não há a possibilidade de uma corrente estalinista ser vigorosa com a tese do “socialismo em um só país”, com a tese da colaboração de classes, etc. Um segundo ponto importante foi a experiência na América Latina, no Chile. A aliança que o Partido Comunista fez com o Partido Socialista, em torno ao chamado “governo popular”, realizou a tese sobre a possibilidade de um governo colaboração de classe realizar tarefas democráticas em um país atrasado. A política de colaboração de classe, no Chile, foi responsável por bloquear a chegada do proletariado ao poder. Essa foi a experiência concreta da tática da frente popular, que subordina a classe operária e suas organizações a um governo de aliança com setores da burguesia. O governo de “Unidade Popular” expôs o caráter nefasto da política de conciliação de classes do estalinismo. Parte das correntes que vêm do tronco estalinista, como o PCB, procura ocultar o seu estalinismo. Temos no Brasil uma corrente que procura reviver a figura de Stalin, que é a “Nova Democracia”. É uma variante do estalinismo-maoísmo, que sonha com a revolução democrática. O próprio PCB diz que fez uma mudança, uma revisão, mas é claro que não foi ao fundo das raízes do estalinismo, que é uma corrente nacional, o estalinismo é uma corrente nacional, não internacionalista. Nesse sentido, o estalinismo, historicamente, está esgotado. Agora, isso significa que possa arrebancar? Significa que não vai ganhar certos setores, em determinada circunstância? Não significa. Politicamente, pode ter alguns êxitos, nesse sentido, mas serão êxitos fugazes, momentâneos. E esses êxitos ocorrem, porque o centrismo, que se confunde com o trotskismo, facilita a ofensiva do estalinismo. Por exemplo, na Bolívia, não tem como o estalinismo se levantar. Nesse país, está historicamente, politicamente e organizativamente desmoralizado. Porque na Bolívia tem o POR implantado. Se levantarmos um POR poderoso no Brasil, está acabado o estalinismo. A desintegração da IV Internacional foi extremamente indulgente com o estalinismo, favoreceu sua luta contra o internacionalismo proletário. Tem de ter uma explicação assim, caso contrário, se tomam os fenômenos pela aparência. É certo que o PCB se reestruturou e aproveita os espaços deixados pelo centrismo para atrair um contingente de jovens, que, via de regra, segue o preconceito histórico montado pelo estalinismo ao marxismo-leninismo-trotskismo. Mas não tem futuro.

Guilherme:

Erson, para finalizar o nosso papo, eu queria perguntar sobre independência de classe. Hoje, no Brasil, acho que é importante a gente fazer essa discussão em torno de questões concretas. No Brasil, se discute muito uma possível eleição de Lula. E se discute muito uma possível saída por cima, da burguesia, da classe dominante, em relação ao governo Bolsonaro. Qual a importância, dada essa circunstância, de resgarmos essa

independência de classe, que foi algo que o próprio Trotsky defendeu?

Erson:

Eu não falaria em “resgatar” a independência de classe, porque no Brasil a classe operária nunca teve independência. A independência se conquista por meio do partido revolucionário. Se não tem o partido como dirigente, o proletariado por si só, apenas com seu instinto de revolta, não encontra os meios ideológicos, políticos, programáticos e organizativos para se emancipar da dominação burguesa. Insisti na questão do programa. Quando se fala da independência de classe, se tem de recorrer ao programa. Você se referiu nos termos repetitivos “programa, programa, programa...”. Essa sua observação “programa, programa...” demonstra uma incompreensão. Não percebe a importância desse “programa, programa, programa...”. Porque essa é a questão central. Nós não temos um

(...) a independência de classe também se perde, se o partido perde as raízes de classe proletárias. Se o partido não consegue avançar na revolução, seja por que motivo for, a classe operária acaba seguindo esse ou aquele partido da burguesia, em determinadas circunstâncias. A independência de classe depende exatamente do partido-programa. Em outras palavras, depende do desenvolvimento da estratégia da revolução proletária e da política concreta, que é determinada pela estratégia. A estratégia determina a linha política, que corresponde a determinada situação.

partido provado programaticamente no seio do proletariado. Não é só o programa. É o programa encarnado por uma fração avançada da classe operária. Baseado nessa constatação, afirmo que a classe operária no Brasil nunca teve independência. Passou pela prova do anarquismo, do Partido Comunista, do PTB nacionalista, dos foquistas na década de 1970, dos estilhaçamentos partidários, e ainda passa pela prova do PT. Então, você vê que o proletariado no Brasil nunca alcançou de fato a independência de classe, do ponto de vista do seu programa. Na Bolívia, ocorreu o contrário, os mineiros avançaram na sua independência de classe com as Teses de Pulacayo, com a construção do POR. Veja que a independência de classe também se perde, se o partido perde as raízes de classe proletárias. Se o partido não consegue avançar na revolução, seja por que motivo for, a classe operária acaba seguindo esse ou aquele partido da burguesia, em determinadas circunstâncias. A independência de classe depende exatamente do partido-programa. Em outras palavras, depende do desenvolvimento da estratégia da revolução proletária e da política concreta, que é determinada pela estratégia. A estratégia determina a linha política, que corresponde a determinada situação.

Acabei de explicar a bandeira do “Fora Bolsonaro”, que é a relação entre a tática e a estratégia, mostrando exatamente que as correntes que não têm o programa se vinculam à estratégia

do “Fora Bolsonaro”, sem dizer que governo vai substituí-lo. Que governo eles querem? Tirar Bolsonaro por que caminho? Nada disso é explicado. Por quê? Porque não têm programa, e se movem conforme a conjuntura, portanto, não se guiam pela estratégia, e sua política acaba sendo arrastada por detrás das divisões da burguesia e da pequena burguesia. A bandeira de “Fora Bolsonaro” está vinculada à bandeira do impeachment, é inevitável que tenha esse vínculo. As eleições, o caminho que está sendo aplainado agora, vêm em função de uma série de traições que a burocracia sindical realizou nesse último período. Veja, a traição ao fechamento da Ford e o fechamento da LG, a traição aos operários, quando, em março de 2020, suspenderam o Dia Nacional de Luta, para se alinharem em torno ao chamado isolamento social. Veja, a greve geral contra a reforma trabalhista de Temer, foi jogada fora. Não teve continuidade. Então, há uma série de traições. Agora, que o governo Bolsonaro está afundando em crise, os reformistas têm de achar uma solução burguesa para Bolsonaro. E a solução não vai ser uma solução proletária, revolucionária, mas burguesa. Todos estão se movimentando em função das eleições. E o centrismo vai atrás. Como ala esquerda desse movimento. O POR está dizendo não! Não se trata de canalizar o movimento que, agora, está surgindo agora para as disputas interburguesas. Qual é o caminho? Organizar a luta pelos empregos, salários, direitos, porque esse é o caminho para pôr em pé a classe operária, que está sendo golpeada pela crise da Pandemia e pela crise econômica. Essas necessidades básicas servirão de alavanca para o movimento. É assim que o POR está vendo. Por isso, nós rechaçamos esse curso do legalismo e do eleitoralismo, que está sendo montado para evitar um levante dos operários e dos trabalhadores. Essa é a visão do POR. Aí está a luta pela independência de classe.

Guilherme:

Erson, meu amigo, estamos aqui chegando ao final de mais uma entrevista no Mesa de Debates. Quero agradecer mais uma

vez por ter aceitado o convite. Foi uma discussão importante, como eu falei aqui outras vezes, apesar de algumas divergências, para o canal, vocês trazem bastante contribuição, assim como outros setores também trazem. Através das contribuições, a gente vai discutindo e chegando a uma síntese, que seja como um programa, uma estratégia revolucionária dos trabalhadores. Então, quero agradecer mais uma vez por ter aceitado o convite para essa discussão do Trotsky e das vertentes trotskistas, e passo para as considerações finais.

Erson:

Guilherme, quero deixar registrada a bandeira “Vida eterna ao camarada Lora”, que dedicou sua vida integralmente, deixando de lado qualquer interesse mesquinho da vida. Lora dedicou inteiramente suas energias e capacidade à classe operária. Sua obra é extraordinária. É monumental a obra do trotskismo na América Latina. Não existe nenhum escritor, nenhuma direção de partido que tenha levantado um pilar tão elevado da teoria marxista e, em defesa dos fundamentos da IV Internacional. Nós, inclusive, estamos estudando as origens do marxismo na América Latina, e estamos constatando, passo a passo, como o POR na Bolívia vai ser esse semeeiro do marxismo na América Latina. O que se tinha de marxismo se confundia com estalinismo e mesmo com nacionalismo. O estalinis-

mo controlou boa parte da história do século XX, a partir de 1923, pelo menos, dominou no campo das ideias. Essas ideias afundaram. Em seu lugar e contra elas, ergueu-se um pilar do marxismo-leninismo-trotskismo, na Bolívia. O POR boliviano, sob a direção de Guillermo Lora, tem essa virtude e essa contribuição. É por isso que nós gritamos “Vida eterna ao camarada Lora”, é vida eterna a sua Obra. Enquanto existir o capitalismo, a obra de Lora na América Latina vai ser um guia. Não vamos reconstruir a IV Internacional por fora desse pilar. Tenho a absoluta certeza dessa afirmação.

Obrigado, então!

Lora dedicou inteiramente suas energias e capacidade à classe operária. Sua obra é extraordinária. É monumental a obra do trotskismo na América Latina. Não existe nenhum escritor, nenhuma direção de partido que tenha levantado um pilar tão elevado da teoria marxista e, em defesa dos fundamentos da IV Internacional. Nós, inclusive, estamos estudando as origens do marxismo na América Latina, e estamos constatando, passo a passo, como o POR na Bolívia vai ser esse semeeiro do marxismo na América Latina.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Nesta edição:

- **Bolívia:** 86º aniversário do POR. - Viva o Partido Operário Revolucionário!
- **Argentina:** Fracasso das políticas do governo provoca o colapso sanitário - pag 36 / Argentina - 20 anos de Zanon, parte I - pag 37.
- **Peru:** Os oprimidos devem lutar pelo seu próprio governo, operário e camponês.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Junho de 1935 - Junho de 2021

86º aniversário do POR

Viva o Partido Operário Revolucionário!

O POR, em seu programa, é o depositário da tradição e dos postulados básicos da política revolucionária do proletariado, forjada nas ideias do trotskismo, a partir das Teses de Pulacayo.

86 anos de luta consequente pelo governo operário-camponês e de todos os oprimidos!

Na luta contra o nacionalismo pequeno-burguês do MNR.

Na luta contra a ditadura barrientista, com seus mártires operários Cesar Lora e Isaac Camacho.

Na superação do nacionalismo, com a Tese Socialista do IV Congresso da COB.

Na Assembleia Popular, órgão do poder operário.

Na luta contra a ditadura militar de Banzer.

Na luta contra a ditadura burguesa, sob a caricatura da democracia burguesa formal, inviável nas condições de atraso da Bolívia.

Hoje, o POR trava a luta contra a impostura masista do reformismo pequeno-burguês.

Na Bolívia, cabe à classe operária minoritária – classe revolucionária por excelência, dada a sua condição de não proprietária dos meios de produção – assumir o papel de vanguarda revolucionária do conjunto da nação oprimida, para libertar o país da opressão imperialista e cumprir as tarefas de superar o atraso e a miséria. Essa condição histórica expressa o país de capitalismo atrasado, devido à incapacidade da burguesia nacional de resolver o atraso do país, não tendo tempo para desenvolver-se, devido à sua tardia incorporação na economia capitalista mundial, desde fora, com a penetração do capital financeiro.

O objetivo estratégico do proletariado, que orienta a luta dos explorados e oprimidos, é o da constituição do governo operário-camponês e da maioria oprimida, e da construção do socialismo, que eliminará a grande propriedade privada burguesa, e a substituirá pela propriedade social dos meios de produção (minas, petróleo, grandes indústrias, bancos, comércio exterior).

**Com o POR
ao Socialismo**

*(Extraído do Jornal Massas, nº2654,
órgão do Partido Operário da Bolívia)*



No. 2654
09 / 06 / 2021
Edición digital
PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
Sección Boliviana del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

JUNIO DE 1935 - JUNIO DE 2021
86 ANIVERSARIO DEL P.O.R.
¡VIVA EL PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO!



PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
VANGUARDIA DEL PROLETARIADO

El POR, en su programa, es el depositario de la tradición y los postulados básicos de la política revolucionaria del proletariado, forjado en las ideas del trotskismo, a partir de la Tesis de Pulacayo.

¡86 años de lucha consequente por el gobierno obrero-campesino y de todos los oprimidos!

En la lucha contra el nacionalismo pequeño-burgués del MNR.
En la lucha contra la dictadura barrientista, con sus mártires obreros Cesar Lora e Isaac Camacho.
En la superación del nacionalismo con la Tesis Socialista del IV Congreso de la COB.
En la Asamblea Popular, órgano de poder obrero.
En la lucha contra la dictadura burguesa bajo esa caricatura de democracia formal burguesa inviable en las condiciones de atraso de Bolivia.
Hoy, en la lucha contra el reformismo pequeño-burgués de la impostura masista.

El objetivo estratégico de la lucha proletaria liderando a todos los explotados y oprimidos es la instauración del gobierno obrero-campesino y de todos los oprimidos, del socialismo que significa eliminación de la gran propiedad privada burguesa y su remplazo por la propiedad social de los grandes medios de producción (minas, petróleo, grandes industrias, banca, comercio exterior).

CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO

Argentina

Coronavírus: Forte crescimento de contágios e mortes

Fracasso das políticas do governo provoca o colapso sanitário

Atravessamos o pior momento sanitário, desde que começou a Pandemia. As medidas tomadas pelo governo não poderão atenuar a crise.

O jornal *The New York Times* revela a situação do país, baseada na média de casos para cada 100.000 pessoas, registrado na última semana, com 54 casos a cada 100 mil. Só é superada no mundo pelo Uruguai, com 88 casos para cada 100 mil habitantes. É uma situação pior do que a Índia, e outras nações que sofrem o impacto da pandemia.

Na última semana, houve um incremento de 35% na média dos casos, e 16% na média de mortos, por dia. Estes números significam que, nos últimos sete dias, a média de novos casos duplicou, em relação ao de mortos.

A Índia, país que mais preocupa a mundo pela curva acelerada de contágios registrados nas últimas semanas, tem 21 casos para cada 100 mil habitantes.

Na Argentina, cresceu intensamente a média de mortos por milhão de habitantes, chegando a 166, aproximando-se aos piores registros do continente, encabeçados pelo Brasil, Peru, Estados Unidos, México e Colômbia. Na sequência, vem a Argentina.

Por que se chegou a essa situação, após 14 meses de experiência no país, e conhecendo o impacto da chamada segunda onda na Europa? Pouco importam as imbecilidades da direita negacionista, besteiras contra as quais o governo aproveita para polemizar, e não explicar como se chegou a esta crise sanitária.

É necessário fazer um balanço das incapacidades que o governo oculta, apresentando-as como uma fatalidade inevitável, escondendo-se por detrás dos desastres sanitários dos outros países. Ficou demonstrado o que alertávamos, desde o primeiro dia da Pandemia: a saúde pública não pode ficar nas mãos da burguesia, porque não pode tomar as medidas necessárias para cuidar da saúde dos oprimidos.

O governo se negou a estatizar os laboratórios farmacêuticos e o sistema privado de saúde, para centralizar todos os recursos materiais e humanos.

O governo ampliou a quantidade de leitos disponíveis no setor público, e também os de terapia intensiva, mas não no sistema privado, que continuou recebendo subsídios, assim como as obras sociais, que desviavam para o setor público aquilo que ultrapassa sua capacidade de atendimento. O setor público, nas grandes cidades, já atingiu o máximo de sua capacidade. Não houve uma política de incorporação massiva de trabalhadores da Saúde no sistema, e não melhoraram as condições de trabalho e salários dos funcionários.

Com o pretexto de preservar recursos para enfrentar o coronavírus, suspenderam-se cirurgias, estudos e tratamentos de milhões de pessoas.

O governo alega que fez tudo certo com as vacinas. Com-

prou antecipadamente a Sputnik, adquiriu mais de 60 milhões de doses, envasou milhões de doses da AstraZeneca, e fez acordos para que os laboratórios privados futuramente produzissem vacina no país.

Mas, não explica por que Cuba pôde produzir sua própria vacina, com sua economia bloqueada, com muitíssimo menos recursos, e a Argentina não pôde, mesmo tendo uma indústria farmacêutica privada muito desenvolvida. Não explica por que não chegaram as dezenas de milhões de doses comprometidas com o empresário Sigman e Astrazeneca para os primeiros meses deste ano, acordo em que o governo apostou alto.

É verdade que os países imperialistas monopolizaram a produção e distribuição, mas somente a covardia e a impotência explicam que não se tenha rompido esse cerco. Se não se liberam as patentes perante tamanha crise humanitária, é necessário desconhecê-las, e avançar com a produção estatal. Esta é a política que corresponde à “defesa da vida”. O país não contou a tempo com as vacinas, porque, acima da saúde da população, se privilegiaram os negócios privados. Não só não se expropriaram os grandes laboratórios privados, como se entregaram recursos financeiros às empresas privadas, para fazerem negócios com a produção farmacêutica. Além disso, o governo manipula as estatísticas, para dizer que a Argentina é um dos países que dispõe de maior quantidade de vacinas, quando na realidade está em 45º lugar, comparando o percentual da população vacinada.

Mesmo sabendo que o transporte público é um dos principais lugares de contágio, com horários de concentração de trabalhadores, nada fizeram para incorporar massivamente ao serviço mais unidades, mais vagões nos trens, mais formações para ampliar as frequências, incorporando massivamente trabalhadores às empresas, para garantir melhores condições, para evitar a formação de longas filas de espera. Nem organizaram os horários das atividades, para distribuir melhor a circulação. Os trabalhadores alertaram com muita antecedência como se deveria fazer.

Enquanto o governo culpa as “festas clandestinas” e as reuniões sociais, os ferroviários denunciam que cada vagão equivale a uma “festa clandestina”. Nestas condições, não há como garantir o distanciamento. O governo não destinou os recursos necessários para se evitar maiores aglomerações de pessoas, que ocorrem todos os dias, várias vezes ao dia.

O governo se submeteu aos interesses dos empresários, para que não se estancasse a economia, e foi incapaz de auxiliar os milhões de trabalhadores que ficaram sem salários. O governo não quer pagar sequer o miserável IFE (Ingresso Familiar de Emergência), porque, acima do cuidado da saúde, está o cuidado com os números do orçamento, para agradar ao FMI, que vigia de perto as contas.

O governo nacional acatou as diretrizes neoliberais, de não

estatizar as empresas privadas de saúde, e também de descentralizar a saúde, deixando que cada província e cada município fizesse o que achasse melhor, como se o vírus respeitasse fronteiras. O governo renunciou a centralizar as medidas sanitárias, neutralizando o efeito das medidas que adotava. Tampouco quis afetar os negócios das empresas vinculadas ao turismo e ao transporte de longa distância, sabendo que contribuía para espalhar mais rapidamente o vírus por todo o país.

O governo, por outro lado, se queixa dos efeitos nocivos das campanhas dos grandes meios de comunicação contra toda medida preventiva, contra as vacinas, divulgando mentiras, etc.

Somente a classe operária e os oprimidos podem tomar em suas mãos as medidas urgentes e necessárias para enfrentar a emergência. Discutir e decidir que medidas devem ser to-

madas em defesa da vida, dos empregos, dos salários. Não se pode delegar aos governos.

A burguesia é incapaz de cuidar da Saúde. Há décadas que se deteriora o sistema de saúde nas mãos dos empresários privados, que acumulam fortunas incalculáveis, e que as remetem ao exterior. Está em nossas mãos, em nossa organização e luta, acabar com este estado de coisas.

A burocracia, de conjunto, é cúmplice do governo e dos patrões, disciplinando-se às suas políticas miseráveis. Mais cedo do que tarde, temos de acabar com esse bloqueio, impondo as assembleias, as plenárias e as medidas presenciais. Não aceitamos que nos digam que temos de ficar em casa.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 394,
órgão do Partido Operário da Argentina)

Argentina - 20 anos de Zanon, parte I

Diante dos fechamentos, suspensões e demissões, a saída continua sendo a ocupação de fábricas

Neste ano, completam-se vinte anos da ocupação, e posterior retomada da produção, da maior fábrica ceramista da região. Em outubro de 2001, em plena crise, o patrão da fábrica, Luigi Zanon, declarou o lock-out patronal, e deixou 380 operários sem trabalho. A resposta dos trabalhadores ceramistas começou com a queima dos telegramas de demissão, e culminou com a ocupação da fábrica.

Como organização, sempre insistimos que é fundamental extrair as melhores conclusões da luta de classes, daqueles acontecimentos que marcam a fogo a história da classe operária. Zanon é a expressão viva do programa da classe operária, que ali se pôs em prática. A tomada ou ocupação de fábricas é uma resposta praticamente instintiva da classe operária, em defesa dos postos de trabalho.

Nesse contexto, foram centenas as fábricas que fecharam no país, entre

elas recordamos: Brukman, Chilavert e Aurora Grundig. Ao não impor a estatização, a grande maioria teve de se transformar em cooperativa, e em razão disso, muitas fecharam suas portas. No entanto, e apesar de todas as dificuldades, Zanon e o restante da indústria ceramista conseguiu sobreviver.

Nossa intenção é tratar, em uma série de artigos, os aspectos gerais e particulares que ocorreram em torno à experiência de Zanon: o que produzem? Qual é sua matéria-prima? Quantos anos de trabalho interno levou o processo? Que experiências prévias da luta de classes influenciaram na luta na Zanon? Que organizações apoiaram a ocupação? Qual foi a tática do MPN diante da ocupação? Como foram recuperados a comissão interna e em seguida o sindicato? Qual foi o papel da burocracia? Como conseguiram se organizar

internamente após a ocupação para poder produzir? Por que foi fundada uma escola na fábrica? Quais foram as posições das correntes ao longo do ano? Em que situação a Zanon se encontra hoje?

Em um contexto de crise, aprofundado pela Pandemia do Covid-19, com fechamento de centenas de empresas, e a perda de milhares de postos de trabalho, é fundamental poder dar uma resposta operária, e a Zanon é a expressão dessa resposta. É a classe operária organizada, com seu programa e seus métodos de ação direta, que pode dar resposta à destruição de postos de trabalho. Por isso, dizemos que toda fábrica fechada deve ser ocupada e colocada em funcionamento pelos trabalhadores, na perspectiva de ser expropriada e estatizada, sob controle operário coletivo.

(Extraído do *jornal Massas* n.º 393,
POR-Argentina)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Peru – um novo governo burguês

Os oprimidos devem lutar pelo seu próprio governo, operário e camponês



A divisão eleitoral da população e o alto índice de abstenção expuseram a fratura e decomposição da política burguesa peruana.

Pedro Castillo (Peru Livre), com 50,2% dos votos, venceu as eleições, com uma diferença de apenas 71 mil votos. Keiko Fujimori (Força Popular) obteve 49,8%. Dos 26.284.987 habilitados a votar, 8 milhões se abstiveram (30%).

Fujimori contestou os resultados, denunciando fraude. Segundo o Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE), apenas 500 votos foram contestados, e mil atas questionadas. Porém, a Força Popular apresentou à Junta Nacional de Eleições (JNE) um recurso, para anular 802 mesas eleitorais. São 500 mil votos (particularmente das regiões rurais, onde Castillo obteve ampla maioria), que poderiam ser revisados.

A ultradireita professa um profundo desprezo de classe, e alimenta a discriminação racial ao camponês. A contestação objetiva impedir a chegada à presidência de um elemento estranho às forças políticas orgânicas da classe dominante. A burguesia não aceita que um “comunista”, que deseja “transformar o país em uma nova Venezuela”, e pretende “acabar com a propriedade privada”, ocupe a presidência do Peru. A candidata derrotada contou com o

apoio da burguesia, dos latifundiários e do imperialismo. A divisão eleitoral da população e o alto índice de abstenção expuseram a fratura e decomposição da política burguesa peruana.

Castillo prometeu respeitar a ordem democrática e jurídica. A burguesia e a oligarquia latifundiária são incapazes de aceitar que um representante da classe camponesa indígena exerça a presidência do país, função reservada a um seletivo grupo de brancos ou mestiços aburguesados. Ao contrário, uma ampla parcela da juventude proletária e das massas índias e camponesas depositam fortes ilusões no dirigente mestiço e sindicalista, que consideram uma expressão genuína dos interesses da população pobre e miserável. São essas relações entre classes que se manifestam na ascensão eleitoral de Castillo, e na violenta ofensiva da reação burguesa contra o candidato estupidamente vilipendiado como “comunista”. O que se refletiu concretamente na polarização política entre as capitais (com ampla vitória fujimorista) e o interior (com amplo apoio a Castillo), traçando eleitoralmente os antagonismos sociais, nacionais e étnicos, que estão na base da estruturação histórica do país.

Essa polarização eleitoral não é um fenômeno novo na América Latina. Bolívia, Equador, Venezuela são exemplares, nesse sentido.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

É bom frisar que Castillo começou sua campanha com um discurso radicalizado: propôs abolir o Tribunal Constitucional, aprovar uma nova lei de Comunicação, nacionalizar a indústria de petróleo e gás, aumentar salários, e impulsionar uma reforma agrária “radical e definitiva”. Forjou, assim, sua ascendência eleitoral entre os oprimidos. O que lhe permitiu, no primeiro turno, se colocar como candidato mais votado. Na campanha para segundo turno, o autoproclamado “marxista-leninista-mariateguista” – em referência a José Carlos Mariátegui – adotou um discurso francamente conciliador. Acenou à burguesia e ao imperialismo que, de fato, não tinha pretensão de exercer um governo estatizante. Sem abandonar, contudo, a retórica reformista, que lhe outorgou uma ascendência eleitoral entre as massas.

A melhor forma de Pedro Castillo pedir um voto de confiança aos capitalistas foi a aceitação de assinar, juntamente com Keiko, a “Proclama Cidadã”, dias antes do segundo turno. Comprometeu-se em defender a “ordem democrática” e os direitos humanos, respeitar a “liberdade de imprensa” e a “livre associação” sindical, bem como não revogar os “tratados internacionais”, e respeitar às Forças Armadas, e realizar uma “transição pacífica” do poder, no final de seus mandatos. A “Proclama Cidadã” não comprometia em nada a candidata ultradireitista. A experiência demonstrou seu lugar de agente do capital contra o trabalho.

A atitude serviçal de Castillo lembrou a de Lula, quando assinou a “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002. Jurou respeitar a propriedade privada dos capitalistas, defender os acordos internacionais, e respeitar a ordem burguesa. O governo petista cumpriu à risca o seu compromisso pró-capitalista e pró-imperialista. A diferença está em que, agora, distintamente de dezenove anos atrás, a situação mundial é muito mais grave. A Pandemia se encarregou de potenciar as contradições do capitalismo. Os países semicoloniais estão arcando com o maior peso da decomposição do capitalismo. As massas peruanas, em particular, passam por um rigoroso flagelo. Te-

rão de ir à luta. Castillo não terá como escapar à revolta dos explorados do campo e da cidade. Logo, os camponeses, a classe operária e as camadas arruinadas da classe média verão que o novo presidente não poderá cumprir sua limitada promessa eleitoral, que se resume a: 1) promover a distribuição gratuita de oxigênio medicinal, ampliar a quantidade de leitos de UTI, e garantir a vacinação universal e gratuita, priorizando professores; 2) lançar programas de empregos e apoio à “economia popular”, por meio de investimentos públicos e fomento do “compre nacional”; 3) subsidiar os serviços básicos de pobres e miseráveis; 4) oferecer créditos acessíveis aos pequenos camponeses, e expropriar (com indenização) terras improdutivas dos

latifundiários; 5) diminuir a importação de alimentos, por meio da “diversificação” produtiva, baseada na agricultura familiar e comunitária; 6) adotar os “impostos progressivos” às empresas com lucros extraordinários; 7) realizar um referendun popular constituinte, objetivando redigir uma Nova Constituição; 8) negociar uma reforma fiscal.

Essas medidas capitalistas limitadas nada têm a ver com o palavreado de “Estado Socialista”, manejado no primeiro turno. Não serão cumpridas, uma vez que Castillo terá imediatamente de demonstrar ao imperialismo como honrará a dívida pública. E de responder as exigências da oligarquia peruana, de proteger seus negócios nas condições de agravamento da crise econômica e de potenciação da luta de classes.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de trabalhar a fundo e sistematicamente para construir o

partido marxista-leninista-trotskista no Peru. A experiência com o governo de Castillo, caso consiga tomar posse, ajudará a dar passos nesse sentido, desde que os revolucionários se dediquem a elaborar o programa da revolução proletária, aplicando, nas condições particulares do país, o Programa de Transição da IV Internacional. É o que estamos fazendo com o máximo de empenho no Brasil. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV internacional é um meio para que se cumpra o objetivo de superar a crise de direção revolucionária.

A atitude serviçal de Castillo lembrou a de Lula, quando assinou a “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002. Jurou respeitar a propriedade privada dos capitalistas, defender os acordos internacionais, e respeitar a ordem burguesa.

O governo petista cumpriu à risca o seu compromisso pró-capitalista e pró-imperialista. A diferença está em que, agora, distintamente de dezenove anos atrás, a situação mundial é muito mais grave. A Pandemia se encarregou de potenciar as contradições do capitalismo.

LANÇAMENTO ▶

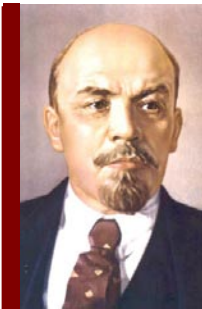
R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 638, introduzimos os aspectos gerais do X Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia (PC(b)R) e destacamos os pontos particulares de maior importância. Depois do discurso de abertura do Congresso, no dia 8 de março, Lênin apresentou o *“Informe sobre a atividade política do Comitê Central do PC(b)R”*. Chamou a atenção para a análise do trabalho do partido, das dificuldades e dos erros em relação à *“transição da guerra à paz”*.

Lênin iniciou a questão, fazendo um breve balanço dos três anos que precederam o X Congresso. Lembrou que, em abril de 1918, avaliava que havia chegado o momento de realizar mudanças na política econômica, tendo em vista que a guerra civil havia terminado, quando o certo era que havia começado. Nas condições de guerra civil, os esforços do Estado soviético se concentravam na economia de guerra. De maneira que se frustraram os planos assentados na avaliação de que havia chegado o momento da *“transição à construção pacífica”*. Essa expectativa correspondia à análise de que as concessões feitas à Polônia seriam suficientes para pôr fim à guerra. No entanto, o imperialismo e as forças da contrarrevolução não pretendiam a paz.

Para se compreender o novo momento, era preciso ter claras as condições de ruína da Rússia, e o esgotamento de seus recursos financeiros. Eis a descrição de Lênin: *“Durante vários anos, o país esteve dedicado exclusivamente a resolver as tarefas militares, e fez de tudo para resolvê-las, sacrificou, sem poupar nada, tudo o que tinha, suas escassas reservas e recursos, e, somente ao terminar a guerra, pudemos ver até onde chegavam a devastação e a miséria, que agora nos condenam por muito tempo a curar as feridas. Mas, nem sequer podemos dedicar-nos por inteiro a curar as feridas. As dificuldades técnicas da desmobilização do exército mostram, em grau considerável, toda a profundidade dessa ruína, que inevitavelmente engendra, entre outras coisas, uma série de crises de caráter econômico e social”*.

Lênin assinala que o erro do Comitê Central foi o de não calcular corretamente a proporção das dificuldades, que se avolumaram com a desmobilização do exército. Explica: *“Certamente, é preciso dizer que não havia pontos de apoio para se realizar esse cálculo, pois, a guerra civil era tão dura, que havia um só princípio orientador – tudo pela vitória na frente da guerra civil, e nada mais. Somente atendo-se a esse princípio e aos esforços sem precedentes do Exército Vermelho em luta contra Kolchak, Iudénich e outros, pudemos alcançar a vitória sobre os imperialistas que haviam invadido a Rússia soviética”*.

Esse aspecto da exposição de Lênin é decisivo para o entendimento dos condicionamentos econômicos e sociais, que se refletiam na nova situação de transição para a construção econômica, no período de paz que se abria. A vitória final contra o imperialismo e a reação interna estava assegurada, mas dependia da edificação da grande indústria e das respostas do Estado soviético às pressões do campesinato. As difíceis condições da ruína econômica e os erros cometidos colocavam agora uma questão fundamental a ser resolvida, que era a crise da economia camponesa.

A requisição forçada de cereais, para abastecer as cidades, trouxe grandes dificuldades, diante das quais se encontrava o X Congresso. O Estado soviético foi obrigado a recorrer a esse meio indesejado, que prejudicava as relações com as massas pobres do campesinato. A descrição a seguir demonstra a clareza com que Lênin observava a materialidade dos obstáculos que obrigatoriamente tinham de ser removidos, para estabilizar o poder do proletariado, e avançar na transição para o socialismo. Eis:

“Mas essas circunstâncias fizeram com que a economia camponesa se debilitasse a tal ponto, depois de uma guerra tão prolongada, que a má colheita se deveu também à redução da superfície semeada, à piora dos meios de produção, à redução das colheitas, à escassez da mão-de-obra, etc.”

Era chegado o momento de demonstrar aos camponeses a capacidade do regime soviético de modificar sua política econômica, diante das condições objetivas, o que correspondia incentivar a economia camponesa, dando margem à mercantilização de seus produtos. Findavam-se as requisições, e instalava-se um imposto. Tornava-se inevitável, no processo de transição, a liberdade de comércio. Lênin reconhece os perigos advindos da potenciação econômica do pequeno produtor. Porém, não havia outro caminho para dar um passo na reabilitação da economia. Era visível a contradição entre as tarefas socialistas e a reativação do mercado, impulsionado pela comercialização dos produtos agrários.

Essa compreensão era fundamental, para a substituição das requisições de tempo de guerra pelo imposto em espécie, na nova situação. Essa concessão, consciente e planejada, correspondia a uma *“adaptação nas condições da paz”*. Explica Lênin: *“Neste período de transição, em um país onde predominam os camponeses, devemos ser capazes de passar a medidas que deem segurança econômica aos camponeses, e fazer o máximo possível para aliviar a sua situação econômica. Enquanto não transformemos o campesinato, enquanto não se transforme a grande produção maquinizada, devemos assegurar-lhe a possibilidade de manejar livremente sua economia. Estamos agora em uma etapa de transição, e nossa revolução está cercada pelos países capitalistas. Enquanto estivermos nesta etapa de transição, estamos obrigados a buscar formas extraordinariamente complexas de relações. Esgotados pela guerra, não podíamos concentrar nossa atenção em como estabelecer relações econômicas entre o poder estatal proletário, que tem em suas mãos uma grande indústria terrivelmente devastada, e os pequenos agricultores, e como encontrar formas de convivência com eles que, enquanto continuarem sendo pequenos agricultores, não podem viver sem que se assegurem, às suas pequenas produções, certo sistema de intercâmbio. Considero que, no atual momento, esta é a questão econômica e política mais importante para o poder soviético. Considero que esse problema resume os resultados políticos de nosso trabalho, agora que se concluiu o período de guerra, e que se iniciou, no ano que analisamos, a realização da transição à paz”*.

Com essa análise e fundamentação, Lênin propõe ao X Congresso a tarefa de aprovar a Nova Política Econômica (NEP).

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)